

UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE DIREITO



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

ECONOMIA COMPORTAMENTAL E A IMPORTÂNCIA DO VOTO

Dissertação orientada por

Prof.^a Doutora Rute Neto Cabrita e Gil Saraiva

Rodrigo da Cunha Henriques

Mestrado em Direito e Economia – Especialidade de Economia e Políticas
Públicas

Lisboa, 2019

De eras acabadas
E com um desejo deserto,
Surgem asas desafogadas
Com o céu cada vez mais perto...
Entre sonhos e noites embargadas
Mas sempre de coração aberto,
A vida são histórias encantadas
Neste mundo e futuro incerto.

Agradecimentos

A concretização de uma dissertação é um processo deveras complexo e trabalhoso que, na minha opinião, só se torna possível com o apoio de várias pessoas imprescindíveis, não só ao longo da elaboração, como todo o caminho percorrido até aqui. Nesse sentido, a estas gostaria de deixar o meu mais profundo agradecimento.

Em primeiro lugar, agradeço à minha estimada orientadora – Prof. Dra. Rute Neto Cabrita e Gil Saraiva – pelo respeito com que sempre me atendeu e a disponibilidade oferecida para me ajudar.

Em segundo, gostaria de manifestar os meus mais sinceros agradecimentos aos meus pais que permitiram, com muito esforço e dedicação, o cumprimento dos meus compromissos estudantis ao longo de todos estes anos. Assim como o facto de nunca terem deixado de apostar em mim e fazerem-me acreditar que com empenho, o impossível é inexistente.

De seguida, queria agradecer também à restante família, nomeadamente irmão, avós, tios e primos que disponibilizaram não só paciência e atenção, como também me proporcionaram uma motivação extra, fazendo com que desse sempre o melhor de mim.

À minha namorada, Inês, por todo o incentivo, amor, carinho e companheirismo durante todo este longo percurso. Obrigado por acreditares nas minhas capacidades e por toda a dedicação.

Por fim, mas igualmente importantes, quero agradecer a todos os meus amigos. Sejam de ligações pessoais, estudantis, desportivas ou laborais, deixo aqui o meu obrigado por me fazerem e verem crescer, apoiando sempre qualquer passo que tenha dado ao longo da minha vida.

Resumo

O estudo do processo da tomada de decisão tem sido um tema bastante abordado ao longo do tempo pelos economistas, tendo por base duas teorias: a racional, ou do *homo economicus*, que assenta em conceitos de maximização e otimização, vendo o decisor como um ser de capacidades omniscientes e de consistência interna; e a não racional que tem em consideração as capacidades limitadas da mente humana em termos de conhecimento, memória e tempo, apoiando-se em heurísticas como procedimento cognitivo, fornecendo uma estrutura mais realista.

Ainda que a Economia Comportamental seja uma disciplina relativamente nova, e sabendo que as pessoas decidem com base em hábitos, experiências pessoais e regras práticas simplificadas com o objetivo de procurarem rapidez no processo decisório, é possível entender e modelar essas decisões de forma mais objetiva.

Deste modo é possível analisar e compreender o processo da tomada de decisão dos cidadãos ao irem votar e o que os pode levar a absterem-se, surgindo assim um novo campo de interesse para o estudo da Economia: A Economia Comportamental e a Importância do Voto.

Esta disciplina incipiente combina dados teóricos e empíricos a partir da conjugação das ferramentas da Psicologia, da Economia, de Direito e de Políticas Públicas, permitindo uma abordagem unificada ao processo decisório relativamente ao voto.

Em Portugal, a partir do 25 de abril de 1974 os resultados das taxas de abstenção nas mais diversas eleições têm sido bastante elevados, o que reflete o fosso existente entre a política e os cidadãos.

O presente trabalho expõe algumas heurísticas e vieses cognitivos do cidadão, o que o leva a tomar a decisão de votar ou de não estar envolvido nas questões relacionadas com a sociedade, o que resulta na abstenção individual e, consequentemente, nas taxas a nível nacional com que nos deparamos nos dias de hoje.

Por fim, iremos ao encontro das mais variadas soluções com o intuito de diminuir as taxas de abstenção. Essas soluções podem ir desde integrar os cidadãos na democracia

de forma coerciva, incentivá-los com diversos benefícios, sejam económicos ou fiscais, ou fazer com que os eleitores percam o seu direito uma vez que não o exercem.

Palavras-Chave: Decisão, Heurísticas, Economia Comportamental, Voto, Sociedade

Abstract

The study of decision-making process has been a topic that has been approached by economists over time, based on two theories: the rational, or the *homo economicus*, which is based on concepts of maximization and optimization, seeing the decision maker as a being of omniscient capacities and internal consistency; and the non-rational which takes into account the limited capacities of the human mind in terms of knowledge, memory and time, based on heuristics as a cognitive procedure providing a more realistic structure.

Although Behavioral Economics is a relatively new subject, and knowing that people decide based on habits, personal experiences and simplified practical rules with the aim of seeking speed in the decision-making process, it is possible to understand and model these decisions more realistically.

In this way it is possible to analyze and understand the process of citizens' in voting and what may lead them to refrain from voting, thus arising a new field of interest for the study of economics: Behavioral Economics and the Importance of Voting.

This incipient discipline combines theoretical data and empirical results from the combination of the tools of Psychology, the Economics, Law and Public Politicians, enabling a unified approach to the decision-making process regarding the vote.

In Portugal, after 25th of april 1974, the results of abstention rates in the most diverse elections have been quite high, demonstrating the gap between politics and citizens.

The present paper exposes some heuristics and cognitive biases of the citizen, which leads to a decision to vote or not to be involved in matters relating to society, that results in individual abstention and, consequently, the national rates that we face today.

Finally, we will go to the most varied solutions with the aim of reducing abstention rates. These solutions can range from integrating citizens into democracy in a coercive way, encourage them with several benefits, whether economic or fiscal, or to cause voters to lose their right once they do not exercise it.

Keywords: Decision, Heuristics, Behavioral Economics, Voting, Society

Índice

Agradecimentos.....	3
Resumo.....	4
Abstract	6
Índice.....	8
1. Introdução	10
2. Da origem da Economia à Inovadora Economia Comportamental	12
2. 1 Economia comportamental vs. Escolha Pública.....	18
3. Votar ou não votar, eis a questão	20
3. 1 Apelo à mudança.....	22
3. 2 Votar e os motivos para o fazer.....	24
3. 3 Obrigação e a sua moralidade	26
3. 4 Voto como manifesto	31
3. 5 A obrigação de votar	32
3. 5. 1 Brasil	35
3. 5. 2 <i>Troll Votes</i>	36
3. 6 Votar bem ou simplesmente votar?.....	37
3. 7 O conhecimento por trás do voto	39
3. 8 “Mercado negro” do voto.....	41
3. 9 Discriminação positiva ou negativa?.....	44
4. Portugal	48
4. 1 A caracterização do constitucionalismo português	49

4. 2 A periodização do constitucionalismo português.....	50
4. 3 O direito de sufrágio em Portugal	51
4. 4 Recenseamento eleitoral e as suas falhas	56
4. 5 Sondagens em Portugal	59
4. 5. 1 Sondagens e as suas influências	62
4. 6 Resultados em Portugal.....	63
4. 6. 1 Assembleia da República	64
4. 6. 2 Autarquias Locais.....	69
4. 6. 3 Presidência da República	71
4. 6. 4 Parlamento Europeu	73
4. 7 Soluções para o elevado grau de abstenção.....	75
4. 7. 1 A Epistocracia	75
4. 7. 2 Outras soluções	80
5. Conclusão.....	85
6. Referências Bibliográficas	89
7. Referências Bibliográficas Eletrónicas	94

1. Introdução

A presente Dissertação, apresentada no âmbito do Mestrado em Direito e Prática Jurídica na especialidade de Economia e Políticas Públicas à Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, tem como principal objetivo o estudo da tomada de decisão dos eleitores no ato de exercerem o seu direito de voto ou de se absterem, a fim de encontrar soluções para que o elevado grau de abstenção em Portugal diminua.

A metodologia existente nas páginas que irão ser apresentadas decorre de um estudo aprofundado pelo autor e consequentes considerações, de forma a tentar demonstrar a crescente e grave problemática no que toca ao tema abordado, com o intuito de ajudar a ministrar soluções para essa mesma adversidade.

Assim sendo, o presente trabalho irá seguir um esquema que se reparte em três partes distintas, mas entre todas interligadas:

A primeira é a concretização de uma interpelação conceptual da importância cabal para o entendimento do presente trabalho, sendo uma pequena abordagem à embrionária disciplina da Economia Comportamental, levando ao encontro do tema abordado, o voto e a sua importância;

A segunda parte consubstancia-se com o surgimento de toda a problemática que incide sobre o que leva os eleitores a votarem ou a optarem por se abster. É a análise ao manifesto interesse ou desinteresse dos agentes com capacidade eleitoral, na participação da e para a sociedade, com base em heurísticas e vieses que tentarão explicar a forma económica e racional de como o ser humano pensa e age na altura da tomada de decisão sobre ir ou não exercer o seu direito;

No terceiro e último capítulo, o autor do presente trabalho, mostra a realidade em Portugal com base nas elevadas taxas de abstenção nas eleições legislativas, autárquicas, presidenciais e parlamentares europeias. Para além disso, é feita uma breve análise a gráficos estatísticos que demonstram o número total de eleitores e de votantes ao longo dos últimos anos, concluindo o presente trabalho com algumas possíveis soluções de forma a diminuir a taxa de abstenção.

Assim sendo, as páginas que se seguem representam uma análise crítica e minuciosa, que percorre um caminho com vista à problemática centralizada e agravada pelos indiscutíveis momentos de crise que atravessamos e que fortificam a relevância do tema exposto, abordando os efeitos potenciais de uma melhor arquitetura de escolha, uma vez que achamos que algumas intervenções simples por parte do Estado iria ajudar não só na democracia como também na sociedade, e, ao fazê-lo, não estaríamos a impor qualquer fardo aos cidadãos mas sim a direcioná-los.

Uma vez que o presente estudo resulta da inspiração adquirida em diversas obras, da compreensão e perceção retirada dos diversos contributos científicos de autores que primam indiscutivelmente por um rigor técnico e sabedoria de elevado valor, leva-se assim a admitir que qualquer erro, falha de conteúdo ou de forma recairão necessariamente na responsabilidade do autor que o escreve.

Por fim, alertar para que o texto em questão foi escrito ao abrigo do Novo Acordo Ortográfico.

2. Da origem da Economia à Inovadora Economia Comportamental

Antigamente, o estudo da Economia cingia-se a partes específicas no que diz respeito à atividade humana e ao seu quotidiano. Esta subdividia-se em dois termos, a microeconomia e a macroeconomia. Respeitante à microeconomia encontrava-se o estudo do mercado, entre outros tipos de mecanismos, que estabelecem preços relativos entre os produtos e os serviços, ou seja, explica como é gerado o preço dos produtos finais e dos fatores de produção. No que toca à macroeconomia, esta tem como principais objetivos o crescimento da economia, o emprego, a estabilidade de preços e o controlo da inflação.

As decisões dos agentes económicos resultam do balanço racional entre custos e benefícios, de acordo com preferências definidas e estáveis sendo esta a premissa da teoria económica clássica¹.

Sobretudo a partir de meados do século XX, surgiu um conceito inovador no âmbito da Economia e da Sociologia, a “Escolha Racional”. Este conceito viria a prevalecer entre a maioria dos académicos e defendia a ideia do *Homo Economicus* como uma parte que não estaria associada às restantes dimensões do corpo humano. Parte essa que era regida pela decisão racional e pelo interesse individual, que tinha como principal objetivo a maximização dos benefícios pessoais do agente económico².

Apesar de ainda não haver uma visão generalizada entre os economistas no que toca às pessoas e as situações que envolvem incerteza, é plausível de pensar que estas tomam as suas decisões com base em ideias pré-concebidas ou julgamentos feitos anteriormente, ou seja, decisões não racionais. Esses processos cognitivos denominam-se de heurísticas, que vão sendo formados com o decorrer do tempo e com as experiências vividas de cada ser humano, em que os resultados possíveis dessa tomada de decisão só vão sendo atualizados quando é disponibilizada mais informação, com probabilidades de eventos diferentes aos já obtidos e com potenciais custos e benefícios na

¹ [Sen, A. (1977); Tversky, A. & Kahneman D. (1986); Smith, V. (1991)]

² [Thaler, R. (2000); Samson, A. (2014)]

determinação de preferências. Esta é a base do Teorema de Bayes, um dos teoremas mais relevantes nas áreas da economia e da estatística³.

Foi a partir dos anos 50 do século XX que a teoria económica ficou marcada por uma tentativa de mudança por parte de alguns autores, como foi o caso de Herbert Simon. Simon, não se limitou ao que já estava estudado e compartimentado entre as componentes estruturantes do comportamento humano tendo defendido o uso de modelos que utilizavam mecanismos cognitivos para analisar esse mesmo comportamento. Segundo a teoria de Simon, a mente humana possui diversas limitações cognitivas e restrições no que toca ao processamento de informação, que, por sua vez, a impedem de absorver e aferir toda a informação disponível. Assim, apelou então à necessidade de serem feitas pesquisas e investigações da característica humana a que cunhou o termo de “Racionalidade Limitada”⁴.

Apesar de já haver Psicologia económica no início do século, foi nos anos 70 que, do lado dos psicólogos, começou a haver uma maior incidência, estudando o processo de decisão e o comportamento dos agentes económicos de forma a entrar no campo da Economia e a relacioná-los. Estes modelam a racionalidade limitada de uma maneira familiar para os economistas, passando alguns a aceitar que as anomalias verificadas por diversos autores não podem ser ignoradas apoiando-se na Psicologia para procurar respostas.

O comportamento humano era consequência dos estímulos e para cada estímulo havia uma resposta (por exemplo, o caso de tocar em alguma coisa que está quente tirar-se logo a mão), tendo essa ideia sido ultrapassada. Naquela altura começou a considerar-se o cérebro como um dispositivo enigmático de processamento de informações. Esta alteração no padrão criou um pretexto para se investigar áreas determinantes para o desenvolvimento das ciências humanas, como é o caso da memória, da resolução de problemas e da tomada de decisão⁵.

³ [Camerer, C., et al. (2003); Camerer, C., G. Loewenstein & M. Rabin (2011)]

⁴ [Simon, H. (1955)]

⁵ [Camerer, C., G. Loewenstein & M. Rabin (2011)]

Os modelos que estiveram na base do pensamento económico eram fundamentados com meras suposições de que a concorrência, a informação e a racionalidade eram perfeitas e, que a Economia era somente noções de equilíbrio e maximização da utilidade, bem-estar e de eficiência.

No entanto, Adam Smith no livro “Teoria dos Sentimentos Morais” descreve os fatores psicológicos que subjazem à tomada de decisão, motivação e interação, por parte do ser humano, o que tem fortes implicações naquilo que orienta as decisões de consumo, poupança, produtividade e esforço do trabalho. O estudo da Economia Comportamental faz exatamente esta relação entre fatores psicológicos e comportamento económico, e, de forma recente, tem vindo a explorar as implicações para o mercado dos consumidores e empresas poderem estar sujeitos a diversos níveis de influências psicológicas. Assim, a emergente disciplina da Economia Comportamental trouxe aos modelos económicos antigos um toque de realismo que até então não havia.

Partindo-se do pressuposto de que os cidadãos quando estão perante uma situação económica, seja ela fácil ou difícil, verificam sempre qual é a possibilidade de obterem o máximo de lucro possível, e, por outro lado, se estendermos essa abordagem aos restantes agentes económicos, é possível verificar que a realidade nem sempre corrobora com esta ideia. Facto é que as pessoas escolhem frequentemente opções não optimizadoras, em que abdicam do seu lucro em prol de recompensar, punir ou igualar as ações de outros indivíduos⁶.

Nos dias de hoje, economistas, psicólogos, legisladores e sociólogos trabalham juntos para construir e desenvolverem instrumentos e políticas que incorporem os enviesamentos comportamentais humanos. Esses comportamentos advêm dos resultados das dissonâncias, das limitações cognitivas, da incerteza e do risco que é tomar decisões, assim como a própria resistência à mudança e do efeito miopia intertemporal⁷, pois acredita-se que não é fácil optar entre tomar uma decisão que antecipe um benefício que trará um custo futuro ou pagar o custo para desfrutar da recompensa posteriormente. Para além destas “adversidades”, as preferências dos seres humanos

⁶ [Camerer, C., G. Loewenstein & M. Rabin (2011)]

⁷ [Loewenstein G. & D. Prelec (1992)]

estão também sujeitas a valores como a confiança, a reciprocidade, a justiça e à norma social⁸, que vão influenciar tanto positiva como negativamente o comportamento no que toca aos paradigmas de racionalidade de escolha.

Tal como os contributos teóricos referidos anteriormente foram determinantes para o desenvolvimento da disciplina embrionária da Economia Comportamental, também o conceito de *nudge*, explorado por Thaler e Sunstein⁹, deu um impulso significativo ao debate sobre a aplicação dos instrumentos deste campo na construção de políticas públicas. Trata-se de estratégias desenhadas à luz da ciência comportamental e experimental para serem incorporadas em políticas públicas, que visam a redefinição de um contexto de tomada de decisão, de forma a alterá-la, para que de algum modo favoreça uma determinada escolha individual ou coletiva, mas retendo a liberdade de escolha dos cidadãos, ou seja, sem que haja coercividade sobre essa tomada de decisão. Este processo denomina-se de “Arquitetura da Escolha” e enquadra-se na filosofia do “Paternalismo Libertário”, na medida em que não interfere ou limita o conjunto de opções disponíveis, preservando assim a liberdade de escolha, mas altera o cenário de decisão, dando um pequeno “empurrão” num ato paternalista, induzindo assim os cidadãos a fazerem as escolhas que o legislador considera serem as melhores. No fundo, orienta as escolhas das pessoas, mas não toma as decisões por elas¹⁰.

Todavia, este lado paternalista do *nudge* é dos conceitos que têm tido mais críticas ao longo do tempo, uma vez que denota o seu potencial de manipulação e a subvalorização da autonomia dos indivíduos¹¹. Algumas dessas críticas partem da ideia de mostrar que as políticas, medidas governamentais ou mesmo estratégias de marketing vão induzir o cidadão a tomar uma decisão que não partiu dele, mas sim do legislador. Essas políticas levantam assim várias questões, nomeadamente, se o interesse de quem cria o incentivo é sempre convergente com o bem-estar e interesse dos cidadãos, ou se será eticamente

⁸ [DellaVigna, S. (2009); Samson, A. (2014)]

⁹ [Thaler, R. H. & C. Sunstein (2008)]

¹⁰ [Camerer, C. F., et al., (2003); Thaler, R. H. & C. Sunstein (2008); Samson, A. (2014)]

¹¹ [Sunstein, C. R. (2014)]

correto submeter indivíduos a incentivos ou punições cuja influência não é sequer apercebida pelos mesmos.

O maior impacto do *nudge* tem sido nas políticas públicas. Governos como os do Reino Unido, Estados Unidos da América, Alemanha, Austrália, Canadá, Peru e Qatar criaram departamentos e programas para promover os referidos “empurrões” que beneficiem e ajudem a população. Sendo que o pioneiro foi o Reino Unido, com a criação, em 2010, de uma unidade especial dedicada a todas as temáticas, “*Behavioural Insights Team*”, a qual foi privatizada em fevereiro de 2014, de forma a poder aconselhar os governos de outros países, que já conta com mais de 750 projetos incluindo 400 ensaios clínicos noutros países, segundo o próprio sítio de internet. Já nos Estados Unidos, a Casa Branca anunciou também, em 2013, uma equipa de investigação, com o antigo presidente, Barack Obama, a afirmar-se como um dos apoiantes mais impetuosos destes mecanismos, tendo em 2015 afirmado:

“Adopting the insights of behavioral science will help bring our government into the 21st century in a wide range of ways - from delivering services more efficiently and effectively; to accelerating the transition to a clean energy economy; to helping workers find better jobs, gain access to educational opportunity, and lead longer, healthier lives.”¹²

Começa então a tornar-se evidente que a Economia Comportamental não deve continuar a ser abordada como uma área separada, ou mesmo uma negação da teoria económica clássica. Tendo começado a desvanecer a misticidade da disciplina e, pelo facto de se ver e de se provar a enorme utilidade que a mesma tem e poderá continuar a ter, deve antes começar a entender-se como o passo seguinte na evolução para os modelos económicos, ou, por outro lado, como uma escola de pensamento inovadora que trouxe não só uma componente mais humana como um maior realismo à Economia.

Este novo panorama não significa necessariamente que os modelos que serviram até então de referência da ciência económica foram rejeitados, antes pelo contrário. Esses modelos servem de base uma vez que continuam a ser úteis e generalizáveis a grande

¹² [Samson, A. (2016: 30)]

parte da evidência empírica. Contudo, estes antigos modelos, podem e devem ser permanentemente questionados, testados e expostos a experiências reais, que permitam identificar anomalias ou violações, com o objetivo de chegar a novos pressupostos teóricos, os quais refletirão melhor o realismo dos fenômenos observados¹³.

Na área comportamental da política é preciso refletir sobre possíveis lacunas quando se aborda esse tema. Entre cidadãos, governo ou mesmo o destino das políticas públicas podem ter erros sistemáticos de julgamento probabilístico (como por exemplo o viés de confirmação¹⁴, distorções das heurísticas de disponibilidade¹⁵, representatividade¹⁶ e ancoragem¹⁷) e de tomada de decisão (efeitos de moldura como aversão à perda¹⁸, efeito dotação¹⁹ e tendência à procrastinação ou desconto hiperbólico²⁰). Deste modo, algumas das regulações e das políticas não estão protegidas da iminência de gerar perdas, apesar de ter-se como objetivo ganhos e bem-estar²¹.

Para se compreender os desafios e as ideias de *nudge* é preciso questionar se a Economia Comportamental pode estar ou não relacionada com as Escolhas Públicas.

¹³ [Camerer, C. F., G. Loewenstein & M. Rabin (2011)]

¹⁴ Entenda-se como viés de confirmação a tendência de uma pessoa se lembrar, interpretar ou pesquisar por informações de maneira a confirmar as suas hipóteses iniciais

¹⁵ Heurística de disponibilidade é um fenômeno no qual as pessoas predizem a frequência de um evento, ou a proporção de uma população, com base na facilidade com que se conseguem lembrar de um exemplo

¹⁶ Na heurística de representatividade um evento é considerado como tendo uma grande probabilidade de ocorrer quando é representativo de um tipo de situação, ou seja, quando tem um elevado grau de semelhança com as principais características desta situação

¹⁷ Efeito de ancoragem é a tendência do ser humano basear-se de forma intensa a uma característica ou parte da informação recebida, quando está em causa uma tomada de decisão

¹⁸ Aversão à perda é um viés comportamental que nos faz atribuir maior importância às perdas do que aos ganhos, induzindo-nos frequentemente a correr mais riscos no intuito de tentar reparar eventuais prejuízos, isto porque a dor da perda é sentida com muito mais intensidade do que o prazer com o ganho

¹⁹ Efeito de dotação é a tendência na qual as pessoas muitas vezes exigem muito mais para desistir de um objeto do que eles estariam dispostos a pagar para adquiri-lo

²⁰ Entenda-se como desconto hiperbólico a predileção que o cérebro tem por uma recompensa imediata ao invés de uma recompensa maior, mas futura

²¹ [Viscusi, W. K. & T. Gayer (2015: 973-1007)]

2. 1 Economia comportamental vs. Escolha Pública

A Teoria da Escolha Pública é o esboço que tem como inspiração a compreensão da Economia neoclássica para esclarecer a conduta dos cidadãos na alçada do governo²². Esse panorama acredita que os cidadãos são motivados pelos seus interesses individuais ainda que as suas atitudes possam ser diferentes quando estão em ambientes públicos ou privados. Dessa maneira, é possível perceber que os eleitores e os políticos são como os consumidores que manifestam diferentes comportamentos face às diferentes estruturas de estímulos e incentivos nos variados contextos das escolhas públicas e privadas, aproximando assim o *Homo Politicus*²³ do *Homo Economicus*²⁴.

É fundamental destacar que a tradicional pesquisa económica relacionada com a Escolha Pública não está comprometida com a ideia de que as atitudes paternalistas do governo servem para resolver falhas de mercado consequentes de vieses cognitivos e informação assimétrica. A literatura faz uso do pressuposto de que os indivíduos são seres racionais. Consequentemente, os políticos enquanto indivíduos também são seres racionais e, entre julgamentos e decisões, também podem ser enviesados em determinadas situações.

Consequentemente, alguns atos políticos do governo podem legitimar heurísticas e vieses, ao contrário de anular os seus efeitos, tendo a necessidade de criar pesquisas frequentes para ideias paternalistas cada vez mais fortes²⁵.

A ideia de interligar a Economia Comportamental com a Teoria da Escolha Pública tem como finalidade a análise crítica sobre a inspiração que tem acompanhado as propostas de intervenções paternalistas *nudge* e as possíveis consequências não intencionais que advêm delas, como por exemplo nos incentivos ao voto. Estes incentivos podem fazer

²² [Tullock, G. et al. (2002)]

²³ O conceito cunhado por Platão como *Homo Politicus* postula que o homem é essencialmente um animal político

²⁴ Entenda-se como *Homo Economicus* o ator ou maximizador racional

²⁵ [Viscusi, W. K. & T. Gayer (2015: 973-1007)]

fortes interferências nos ambientes decisórios dos indivíduos, testando-os e levando-os às vezes a violar valores éticos de autonomia, liberdade de escolha, dignidade e respeito.

3. Votar ou não votar, eis a questão

O cidadão, quando confrontado com alguma tomada de decisão no que concerne a ir votar, pode questionar a praticidade, o interesse e se existe algum ganho em fazê-lo. E, se um cidadão se questiona em relação a tal ato, qual será a posição do resto do país em relação ao mesmo?

Na área das políticas públicas as motivações sociais que influenciam a decisão individual e as tendências comportamentais têm, por norma, um grande impacto no contexto da votação. Este impacto vai desde a abstenção de somente um indivíduo até haver um grande grupo de pessoas que caminham na mesma direção, criando assim um efeito de manada²⁶, o que influencia os resultados eleitorais, as alternativas viáveis e sustentáveis de incentivo ao voto.

O facto de se ir votar pode gerar um conflito de escolha, podendo assim ser visto como um custo de oportunidade. Este custo de algo em termos de uma oportunidade renunciada faz, por outras palavras, com que o cidadão tenha que abrir mão de uma opção que tenha em prol de outra, tal como ir ao almoço que tinha combinado com amigos que não se veem há imenso tempo em vez de ir votar, passar o dia a trabalhar porque a entidade patronal paga mais naquele dia ou até fazer aquela viagem que já estava marcada previamente. Tudo pode ter um benefício maior que o custo de não se ir votar.

De acordo com o pensamento económico e indo ao encontro das bases da Economia, quando os cidadãos se sentem confrontados ou colocam a questão de se devem ir ou não votar, muitos deles poderão achar que votar não maximiza a utilidade esperada por eles próprios, levando assim ao *paradox of voting*²⁷. A partir do momento em que os custos esperados de votar, incluindo os custos de oportunidade, parecem e podem exceder os benefícios esperados, é, de certa forma, surpreendente que alguém o faça, quando os

²⁶ Efeito de manada é um termo que é usado para descrever situações em que os indivíduos reagem todos da mesma forma, embora não tenham um planeamento sobre a sua direção

²⁷ [Downs, A. (1957)]

eleitores podem realizar alguma ação com uma utilidade geral mais positiva do que a de ir votar.

Deste modo, votar é muito mais do que ir às urnas, mostrar o documento de identificação em troca de um boletim e entregá-lo após o preenchimento, ou não, do mesmo. Esta simples ação de votar pode começar com a escolha da hora a que se vai às urnas, como é que se vai para lá, se há outras coisas mais relevantes para se fazer aos olhos do eleitor, entre muitas outras variáveis que pesam inevitavelmente na decisão.

Manuel Justel Calabozo²⁸ foi um cientista político espanhol que estudou este tema do comportamento e o que leva as pessoas a votarem ou a absterem-se. Apesar de ter feito um estudo referente às eleições em Espanha, facilmente se encontra um paralelismo com o nosso país. Calabozo defende no seu estudo que em cada processo eleitoral são relevantes vários fatores:

Em primeiro lugar, a marginalidade que é considerada a proporção de pessoas que se sentem numa condição social marginal nas suas zonas. Ou seja, que não se sentem integradas socialmente, que se sentem desligadas da sociedade política e que não se sentem responsáveis pela abstenção²⁹. Este cidadão que se abstém constantemente enquadra-se nesta categoria, seja por condições económicas, isolamento, falta de instrução ou por outras razões.

Depois, encontra-se o processo através do qual a religião perde a sua influência sobre as várias esferas da vida social, arrastando consigo a tendência para a abstenção, denominada de secularização. O fundamento deste fator é devido ao facto da religião poder ter um papel influenciador no voto, na medida em que o considera como uma norma que deve ser cumprida. Contudo, o papel da religião pode ter os dias contados uma vez que tem perdido influência sobre a sociedade.

Outro fator igualmente importante é a terciarização. Com os avanços da tecnologia, as comunidades urbanas com maior predomínio no setor terciário, têm maior nível cultural

²⁸ [Calabozo, M. J. (1994: 166-168)]

²⁹ [Calabozo, M. J. (1994: 166-168)]

e são mais sensíveis às mudanças no contexto político, sendo as que criam os climas conjunturais e atuam em consequência. Assim, o autor concluiu que os eleitores nas comunidades rurais têm mais tendência para se abster do que as comunidades urbanas.

Por último encontramos a centralidade económica e industrial. O facto de estar a centrar a indústria e a Economia nos grandes polos do país (no caso de Portugal, Lisboa e Porto), capacitam os cidadãos que lá residem com maior disponibilidade económica e, consequentemente, com mais tendência para se mobilizarem e participarem nas eleições, ao contrário dos outros.

Depois de elaborada esta triagem, é preciso saber se o voto dos eleitores que optam por fazê-lo é racional ou não, consoante o que pretendem demonstrar. Existem teorias instrumentais da racionalidade do direito de voto, que afirmam que pode ser racional votar, quando se vai com o objetivo do eleitor influenciar ou alterar o resultado de uma eleição. Outra teoria expressiva da votação sustenta que os eleitores votam com a finalidade de demonstrarem o que ambicionam, enquanto outros votam com base na sua fidelidade e crença em certos partidos políticos ou ideias, tendo assim um efeito de ancoragem.

3. 1 Apelo à mudança

Uma das razões que leva as pessoas a exercerem o seu direito de votar é a tentativa de mudar ou influenciar o resultado de uma eleição. Entre os vários partidos existentes e consoante as escolhas individuais de cada cidadão, é normal que esse eleitor se associe mais facilmente aos partidos que vão de encontro às suas crenças e aos seus gostos, criando assim um viés cognitivo de se ancorar. Assim, para esse eleitor, faria todo o sentido que fosse o partido que ele escolheu a ganhar uma vez que as ideologias iam ao encontro daquilo que esperava para o presente e para o futuro.

No entanto, isso não significa que o eleitor ao votar naquele partido em específico estaria a ser racional e ponderado porque dependeria da importância do seu voto, se o voto ia fazer alguma diferença e, bem mais importante que isso, o eleitor teria que votar para tentar efetivamente mudar alguma coisa. Este pensamento de que o voto de um eleitor é que fará a diferença no resultado final em termos probabilísticos, vai ao

encontro da expectativa que as pessoas têm quando gastam centenas ou milhares de euros nas apostas do “euro milhões” para ganhar um prémio que, como se sabe, a probabilidade de isso acontecer é quase nula. Ainda assim, e apesar das hipóteses serem ínfimas, tanto de ganhar no referido jogo como de ter o voto que faz a diferença, não significa que não seja racional gastar dinheiro para jogar assim como esses eleitores irem votar.

Quando o eleitor tenciona fazer a diferença no ato de votar, é preciso ter em conta alguns aspetos para que o seu voto seja efetivamente relevante. Um desses aspetos tem a ver com o custo de oportunidade. Este prende-se com o facto de muitos eleitores nos dias de hoje não terem como prioridade ou ambição a prestação do seu direito. Consoante a importância que as pessoas individualmente dão ao voto, a um filme que podiam ver, a um trabalho ou a outra pessoa, este custo de oportunidade pode facilmente exceder a importância que se dá ao voto, não fazendo assim a suposta diferença que ambicionavam.

Outro aspeto a ter em conta é a probabilidade do voto do eleitor ser decisivo. Para que o voto de alguém seja decisivo, é preciso, antes de isso, haver um empate entre dois ou mais partidos de modo a que aquele voto específico faça a diferença. A começar por aí, é sabido que a probabilidade de haver um empate é muito reduzida face às diferentes opiniões das pessoas, ao que as move, assim como as suas ideologias e posterior transmissão para o boletim de voto. Depois, e mesmo na remota hipótese de haver um empate, é preciso que o voto daquele eleitor seja nos partidos que estão a disputar a vitória ou naqueles que têm mais hipóteses de ganhar, uma vez que pode votar A e ganhar B. De forma mais ínfima ainda, que seja o voto desse eleitor a fazer a diferença e não o de outro eleitor qualquer.

No que toca a votar para mudar quem lá está ou influenciar os resultados de uma eleição, é preciso também não ser só uma pessoa a querer fazê-lo. Uma pessoa singular não tem força suficiente para apelar à mudança nem conseguir resultados nesse sentido, para isso, seria preciso mover multidões. Contudo, para fazer mover as referidas multidões, é preciso que estas pensem da mesma forma e expressem-se nesse sentido. Desta forma, e indo ao encontro desta ideologia, é preciso haver alguém muito persuasivo com as suas ideias para conseguir efetivamente mostrar o seu desagrado e

demonstrar que quem está naquele cargo de nomeação política não está a fazer o trabalho corretamente.

Conclui-se assim, que para a maioria dos eleitores na maior parte das eleições, votar de forma singular com o propósito de tentar mudar o resultado é irracional e não é muitas vezes ponderado uma vez que a probabilidade daquele voto fazer a diferença é muito reduzida face aos custos esperados de se ir votar. O que por norma, excedem os benefícios da sua contribuição em muitas ordens de grandeza.

3. 2 Votar e os motivos para o fazer

Alguns filósofos intentaram numa alteração de paradigma, mostrar a ideia de que é útil ou necessário votar, de modo a “fazer a diferença”. Assim, caso o eleitor fosse efetivamente votar com este propósito, talvez tivesse uma hipótese significativa de estar entre o conjunto de votos que causalmente foram eficazes e, de alguma forma, foi responsável pelo resultado³⁰.

Nessas teorias, o que os eleitores valorizam não é se o resultado vai ao encontro das suas expectativas ou se o seu voto irá mudar o resultado, mas sim a ambição e o desejo de querer fazer parte dos resultados. Essas teorias causais do voto afirmam que o voto é racional, desde que o eleitor se preocupe com os resultados, sinta que foi uma causa ou que fez parte efetiva dos resultados. Mesmo que a sua intervenção ou influência seja pequena, os eleitores ao votarem desejam ter uma certa responsabilidade, não só pelos resultados como também pelo futuro da sociedade.

No entanto, consoante os objetivos dos eleitores, o que essas teorias alternativas deixam explícito é que o voto pode ser ou não racional. Por exemplo, se o objetivo do eleitor é de alguma forma alterar o resultado da eleição ou mudar as políticas implementadas, então a votação é de facto irracional uma vez que um voto dificilmente fará a diferença. Contudo, pode ser racional apenas em circunstâncias incomuns ou para um pequeno subconjunto de eleitores. De todo o modo, os eleitores podem sempre votar por outros motivos.

³⁰ [Tuck, R. (2008); Goldman, A. I. (1999)]

A teoria expressiva do voto³¹ sustenta que os eleitores votam para se expressar. Nessa teoria, votar é como se fosse uma atividade de consumo e não uma atividade produtiva. Basicamente é como trabalhar com prazer e gosto, em vez de trabalhar para desenvolver uma habilidade. Embora o ato de votar seja algo privado e secreto, muitos dos eleitores consideram o voto ou até a ida às urnas uma maneira de demonstrar e expressar o seu compromisso com o partido político em que estão inseridos ou as ideologias que apoiam. Nesta teoria expressiva do voto, votar é como vestir uma camisola de um clube futebolístico e ir com ela vestida para um jogo, ou pintar a cara, ou mesmo gritar do cimo de um estádio. Esses adeptos, à partida, não devem acreditar que esse tipo de comportamento vá mudar o resultado do jogo ou que vá ter influência no que os jogadores e treinadores fazem, eles vão simplesmente mostrar o seu compromisso para com a equipa que apoiam. Até porque quando assistem a jogos sozinhos, os adeptos continuam a torcer pelas suas equipas da mesma maneira. Provavelmente a votação é igual.

Esta “teoria expressiva do voto” não é afetada pelas descobertas empíricas que a maioria dos eleitores desconhece sobre factos políticos básicos³² uma vez que eles vão expressar a sua opinião com base naquilo que pretendem e não nas referidas descobertas. No entanto, esta teoria apoia-se muito no trabalho em Psicologia Política feito e mostra que a maioria dos cidadãos sofre de vieses que ocorrem entre grupos, nomeadamente que tendemos a formar automaticamente coletivos de pessoas e a sermos irracionalmente leais a eles próprios, visto que não nos enquadramos nos outros³³.

Por norma, os eleitores adotam ideologias e posturas para mostrarem para si mesmos e para os outros que são um determinado tipo de pessoas. Por exemplo, se houver alguém que seja a favor da legalização de estupefacientes ou de armas, esses eleitores endossarão ações de modo a levar a deles avante e votarão em partidos que tenham como “promessa política” essas legalizações. O que poderia ser desastroso, se Portugal seguisse essas convicções, uma vez que poderia denegrir a imagem do país, pôr em

³¹ [Brennan, G. & L. Lomasky (1993)]

³² [Somin, I. (2013)]

³³ [Lodge, M. & C. S. Taber (2013); Westen, D. (2008)]

risco a saúde e o bem-estar dos cidadãos, entre muitos outros aspetos. Esse voto individual podia não ser tão significativo visto ser só de um cidadão, mas e se esse comportamento fosse em massa? A sociedade e os políticos não se deviam dar ao luxo de tolerar crenças irracionais e mal informadas sobre políticas públicas, contudo, devido à liberdade de expressão devem aceitar e ponderar sobre as opiniões de todos os cidadãos.

Outro argumento mais simples e igualmente tido em conta é que pode ser racional votar para cumprir um dever para com a sociedade ou por sentirem que é uma obrigação moral. Apesar de chocar com os parâmetros tradicionais da Economia, existe uma certa filantropia no dito que alguns cidadãos se apoiam quando usam a frase do “vou cumprir com o meu dever” fazendo referência ao facto de ir votar ou questionar se os outros já o fizeram. Desta forma, subentende-se que é um modo de chamar à razão ou incentivarem-se não só eles próprios como os que os rodeiam. Mas, se existem tais deveres, e se esses mesmos deveres fossem suficientemente pesados e significativos, então poderia ser racional que a maioria dos eleitores votasse porque não basta só “cumprir com o dever”, mas sim ter direito a tê-lo.

3. 3 Obrigação e a sua moralidade

Pesquisas mostram que a maioria dos cidadãos nas democracias contemporâneas acredita que há algum tipo de obrigação moral e, em virtude disso, será eticamente correto ir votar. Não só cidadãos como filósofos morais e políticos concordam com esta maneira de pensar. Isto porque eles tendem a acreditar que os eleitores mesmo sabendo que o seu partido de eleição não tem grandes hipóteses de ganhar, eles vão votar na mesma. Ou, pelo contrário, os que acreditam que vão ganhar com maioria absoluta, eles fá-lo-ão na mesma. Ou seja, independentemente do resultado, os eleitores sentem que têm de contribuir cumprindo com a sua “obrigação”³⁴. Para além disso, a maioria das pessoas parece pensar que o dever de votar é específica e literalmente um dever, ao contrário do que seria de esperar, ou seja, de ser um direito votar pela sua consciência e pelo que pretende de um modo particular. Neste paradigma do ir “votar só porque se é

³⁴ [Campbell, A., G. Gurin & W. E. Miller (1954): 195]

obrigado”, qualquer voto que seja denominado como sendo de boa-fé é moralmente aceite.

Muitos argumentos usados nos dias de hoje passam por transmitir o dever de votar como se o voto individual fizesse uma diferença significativa para a sociedade. Se as pessoas forem informadas de que os votos individuais fazem efetivamente diferença, então, usar um argumento como “votar é para ajudar os outros” ou “votar é necessário para ter um governo que apoie os cidadãos” são viáveis face ao que pretendem. No entanto, estes argumentos não são suficientemente fortes uma vez que o valor instrumental é extremamente pequeno ou desvalorizado por ser somente um voto.

Houve também em tempos o argumento de que o voto podia ser visto como uma forma de seguro, em que este estava destinado a impedir o colapso da democracia³⁵. Seguindo esse pensamento, de que os cidadãos têm o dever de votar a fim de evitar que a democracia se deteriore, e, se supusermos que existe algum limite determinado de votos para o qual a democracia se torne instável, isto pode gerar alguma sensibilização e levar os eleitores às urnas. O problema é que há uma probabilidade extremamente pequena de que o voto solitário de qualquer indivíduo decida a eleição, tal como falado anteriormente, havendo uma hipótese ainda mais pequena desse voto ficar acima do limiar para que a democracia não colapse. Em contrapartida, se supusermos que, com o passar do tempo, existirão cada vez menos cidadãos a votarem, a probabilidade de um colapso da democracia torna-se incrementalmente maior. Se assim for, para mostrar que votar é um dever, primeiro seria necessário mostrar que os benefícios esperados do voto de cada cidadão excedem os custos esperados, reduzindo assim a hipótese da democracia desmoronar.

Neste ponto de vista, um dever de votar não deve presumir que o voto individual vá ter valor ou um impacto significativo no governo ou na cultura cívica, mas sim que fará pouca diferença no resultado. Desta feita, os cidadãos deveriam votar de qualquer maneira com o objetivo de estimar a democracia.

³⁵ [Downs, A. (1957)]

Outro argumento, mas de certo modo arriscado, pelo menos para os que ambicionam ter a abstenção mais reduzida, é usar a dita “psicologia inversa”. O facto de se querer mostrar que a democracia não precisa dos votos dos eleitores, visto não terem importância ou significado, estes podem não compreender ou tolerar a exclusão a que estão a ser submetidos, passando assim a dar a sua opinião, indo votar e inverterem a lógica.

Beerbohm³⁶ sugeriu que os cidadãos têm o dever de votar para evitar a cumplicidade com a injustiça. Deste modo, os representantes políticos agem em nome dos cidadãos, pois os cidadãos contam como parte integrante do governo, mesmo quando não estão lá a deliberar sobre políticas ou mesmo quando não votam. Assim, os cidadãos que se recusam a votar são cúmplices ao permitir que os seus representantes cometam injustiças. Neste ponto de vista, talvez o fracasso em resistir à injustiça conte como uma espécie de incentivo a que as pessoas tenham vontade de votar. Esta teoria implica também que os cidadãos não têm apenas o dever de votar. Em vez de optarem pela abstenção, têm especificamente de votar em partidos e políticas que reduzirão as injustiças.

Outro argumento muito usado pela população que não preza pela eficácia dos votos individuais é o “argumento generalizado”, que tende a servir de bordão para incentivar ao voto: “E se todos ficassem em casa e não votassem? Os resultados disso seriam desastrosos! Portanto todos deveríamos votar”³⁷.

Este argumento pode ser um incentivo a que as pessoas zelem e mostrem interesse no bem geral da sociedade. Contudo, demonstra também uma fraqueza, pois poderá ser ironicamente respondido: “Se toda a gente se atirasse de um ponte. Tu também te atirarias?”. Isto porque a conotação de fazer algo que toda a gente faz, pode levar ao desinteresse de muitas pessoas em fazê-lo também. Para além de que o problema com o primeiro argumento, ou seja, o facto de poder ser desastroso ninguém votar, isso não ia significar que todos devessem fazê-lo, mas sim que seria importante que houvesse um número suficiente de pessoas que o fizesse de modo a não haver um colapso.

³⁶ [Beerbohm, E. (2012)]

³⁷ [Lomasky, L. & G. Brennan (2000)]

Este argumento generalizado apesar de estar incorreto, pode ser um meio para chegar a um fim. Existem certo tipo de ações nas quais tendemos a presumir que todos devem participar, ou não. Por exemplo, se supusermos que uma loja de peças de vidro coloque uma sinalética nas prateleiras a dizer “É favor não mexer” por precaução ao facto de serem peças frágeis e se poderem partir, não quer dizer que as pessoas sejam extremamente inconscientes ao fazerem-no. Até porque se for só uma ou duas pessoas responsáveis e soubessem os danos que poderiam causar se deixassem cair a peça, era compreensível que cedessem a devida autorização. Contudo, se houvesse alguém que fosse autorizado a mexer para além dos donos ou funcionários iria ser injusto que a loja permitisse que alguns mexessem e outros estivessem proibidos de o fazer. Assim, o mais adequado será proibir toda a gente de tocar nas referidas peças. Seguindo esta ideologia, o governo que pretende arrecadar dinheiro para providenciar um bem público, por qualquer que ele seja, poderia taxar uma minoria aleatoriamente escolhida dos cidadãos. Todavia, seria mais justo se toda a gente contribuísse para essa finalidade, variando sempre com a disponibilidade do que poderiam dar, pagando assim alguns impostos de modo a partilhar o ónus desse bem público.

Surge assim a questão de que se devemos votar mais como a primeira ideia, em que é obrigatório existir um número mínimo de pessoas a votar de forma a evitar o colapso e, a partir desse momento, contar-se-ia somente com esses votos. Ou mais como a segunda ideia que é imperativo que todas as pessoas votem e deem a sua opinião independentemente de qual seja. Uma diferença entre estes dois tipos de ideias pode ser o completo desprezo por parte do cidadão que resultará posteriormente na abstenção. Se seguirmos a ideia do primeiro argumento, poderemos estar a discriminar alguns cidadãos deixando-os de parte pois só se contaria com o número mínimo de votos, ou seja, desde que saiam resultados, não interessa quem os prestou. Já no segundo argumento, se eu toco nas peças de vidro ao contrário dos outros ou se desfruto de um bem público que me foi dado sem ter que pagar impostos, demonstro que sou um *free rider*, ou seja, benefício de um recurso, bem ou serviço sem ter de pagar o custo desse bem.

Este conceito de *free rider* também se aplica na parte de votar e de se abster. O parasitismo ou a clandestinidade de determinados cidadãos, que, pelo facto de não manifestarem o seu interesse e deixarem o resultado ocorrer consoante a opinião,

trabalho e dedicação dos outros é um dos argumentos usados pelos defensores do dever de votar. O cidadão que não deu a sua opinião e que não perdeu o seu tempo a ir votar como os outros fizeram, poderá estar a beneficiar do bom trabalho a nível político que não foi ele que votou. Racionalmente, num país em que as taxas de abstenção são muito elevadas, é normal o número acrescido de *free riders*.

No entanto, existem outro tipo de argumentos para as pessoas irem exercer o seu dever de votar que não depende da suposição controversa de que os votos individuais fazem a diferença. Exemplo disso é usar um argumento em termos da virtude cívica, pois votar é visto como um ato de civismo; ou um argumento de cumplicidade, em que afirma que os cidadãos que não votarem serão cúmplices de um mau governo e das injustiças por ele praticadas, devendo assim votar por resultados justos; assim como o argumento generalizado que caso o governo seja bom e faça algo positivo em prol dos cidadãos, os que se abstiveram de exercer o seu direito aproveitaram-se disso.

Esses argumentos em apoio ao dever de votar têm um desafio geral, que pode ser denominado de problema da particularidade. Para mostrar que há um dever de votar, não é suficiente um partido ou representante do mesmo dizer que tem como objetivo fazer algo. Como tal, os eleitores que concordam devem ir votar como forma de apoiar ou ajudar a alcançar esse objetivo. Em vez disso, os proponentes que têm o dever de votar devem mostrar especificamente que o voto é o único caminho, ou mesmo o caminho necessário, não só para apoiar como também para conseguirem atingir os objetivos que desejam³⁸. A preocupação é que os argumentos usados anteriormente mostrem apenas que o voto é um meio entre muitos para cumprir o dever em questão. Até porque pode não ser uma maneira especialmente boa e muito menos a única ou obrigatória de fazer com que as pessoas cumpram com o seu dever.

Pegando no argumento anteriormente referido, de que os cidadãos devem votar porque devem exercer uma virtude cívica, é preciso explicar o motivo pelo qual exercer essa virtude é especificamente o dever de votar, em vez de ser apenas um dever de realizar um dos milhares de possíveis atos de cariz cívico. Sendo o civismo uma prática assumida como deveres fundamentais para a vida coletiva que visa melhorar o bem-

³⁸ [Brennan, J. (2011)]

estar de todos preservando a sua harmonia, então, o cidadão poderia optar por promover o bem-estar de outros cidadãos, como é caso do voluntariado, limpar as ruas, praias e mato, doar dinheiro a causas que acredita ou optar por fazer outras atividades em prol da sociedade. No entanto, não fica explícito o porquê do voto ser tão especial ou obrigatório uma vez que o conceito de civismo é muito amplo e não é propriamente direcionado.

3. 4 Voto como manifesto

A maioria dos cidadãos não tem como objetivo influenciar o resultado da eleição ou influenciar as políticas do governo quando vão votar. Os cidadãos, de acordo com uma importante teoria do comportamento eleitoral sustenta que estes votam para manifestar os seus interesses. Eles votam para mostrar a si mesmos e para as pessoas que os rodeiam que são leais a certas ideias, grupos ou ideais. Se olharmos para o voto como um ato expressivo, então talvez a ética do voto seja mesmo isso, uma expressão³⁹.

Votar em partidos que não têm as melhores atitudes face a pessoas de diferentes raças, etnias ou religiões é identificar-se de maneira moralmente significativa com as políticas racistas, homofóbicas e xenófobas existentes. Assim, fica em aberto a responsabilidade moral associada, quer esse partido tenha uma probabilidade pequena, grande ou nenhuma de ganhar, ou se o próprio voto do eleitor tem ou não uma probabilidade apreciável de afetar o resultado da eleição⁴⁰.

Sendo a liberdade de expressão um privilégio de natureza nacional de cada eleitor, este tem o direito de manifestar livremente a sua opinião e pensamentos pessoais sem receio de retaliação ou censura por parte do governo. No entanto, apesar da liberdade de expressão ser um direito humano, não quer com isto dizer que se possa invadir a liberdade dos outros. Ainda que se seja livre para se expressarem ou agirem de formas racistas, homofóbicas ou xenófobas, os cidadãos devem ter em conta que é imoral fazê-lo. A ideia aqui é que se estiver errado expressar atitudes racistas, homofóbicas ou xenófobas mesmo que sinceras, então também será errado ter a mesma atitude na altura

³⁹ [Brennan, G. & L. Lomasky (1993)]

⁴⁰ [Brennan, G. & L. Lomasky, (1993)]

de votar. Na medida em que é igualmente errado votar em partidos que apoiam essas ideias, mesmo havendo liberdade de expressão para o fazer.

Naturalmente que a questão que se levanta, de ser uma expressão ilícita e, ao mesmo tempo, permissível, é complicada. Assim como também não é fácil, devido à sua complexidade, saber exatamente o que cada voto expressa. O significado e a importância do voto de um eleitor num certo partido, pode não significar o mesmo para outro eleitor nesse mesmo partido. E, apesar de votarem no mesmo, pode ser por diferentes causas. Para além disso, é igualmente complicado votar somente num partido quando temos ideias com as quais concordamos em partidos distintos. Esta teoria expressiva reconhece diversas dificuldades, mas, apesar de poder ser imoral em alguns casos, deve transparecer exatamente aquilo que se pretende porque senão de expressividade tinha pouco.

Outra forma de manifesto dos cidadãos no ato eleitoral é votarem em branco (esta situação ocorre quando o boletim não tem qualquer tipo de marca ou sinal) ou votarem nulo (quando não é clara a vontade expressa pelo eleitor, como por exemplo, desenhar, escrever, rasurar ou cortar o boletim de voto). Este tipo de voto é visto como um manifesto que se deve ao descontentamento por os cidadãos não se identificarem com os partidos candidatos. Pelo contrário, as pessoas que se abstêm podem ter a mesma forma de manifesto, mas que pelos mais diversos motivos, preferem não se deslocar às urnas eleitorais. Outra forma de manifesto, para os que vão votar ou que são obrigados a tal, é o denominado *troll vote*, que consiste em votar erradamente de forma deliberada.

3. 5 A obrigação de votar

As taxas de votação em muitas democracias dos dias de hoje são baixas e estão a diminuir cada vez mais. Nesse sentido, muitos países e políticas têm defendido o voto obrigatório como uma solução. Nesse regime de voto obrigatório, os cidadãos são obrigados a votar pois a lei expressa exatamente isso, e, caso não o façam sem uma justificação válida, será aplicado algum tipo de penalização.

Um dos argumentos mais importantes para o voto ser obrigatório é o que alguns cientistas políticos chamam de argumento demográfico ou representativo⁴¹. Este argumento tem por base os regimes ou países em que os votos são voluntários e, os cidadãos que escolhem votar são sistematicamente diferentes daqueles que optam por se abster. Por exemplo, nas sociedades mais desenvolvidas, as pessoas com maior capacidade financeira são mais propensas a votar do que as com menos capacidade. Os mais velhos também são mais propensos a votar do que os jovens eleitores. Assim como os homens face às mulheres ou, em muitos países, as maiorias étnicas em comparação com as minorias étnicas. Os casados face aos não casados ou os partidários políticos face aos independentes. Uns podem ser mais propensos a votar do que outros, mas a verdade é que em regimes em que não é obrigatório votar as pessoas que o fazem, não representam o público em geral, ficando muitas vezes aquém daquilo que era esperado. Devido a este “desequilíbrio” nos eleitores que votam em regime voluntário face aos que se absterem de o fazer, e, uma vez que os políticos tendem a dar aos eleitores o que eles querem (ou pelo menos tentar), é normal os partidos políticos promoverem os interesses dos cidadãos que votam de forma desproporcional sobre os desfavorecidos, uma vez que eles não demonstram interesse ou não manifestam os seus interesses sobre o que pretendem. Deste modo, o voto compulsório tenderia a garantir que as pessoas mais desfavorecidas e mais marginalizadas votassem e, consequentemente, tenderiam a garantir que os interesses de todos fossem adequadamente representados.

De igual modo, poder-se-ia argumentar que o voto compulsório ajudaria os cidadãos a superar um “problema de garantia”⁴². Neste caso, o importante não é que os eleitores mesmo tendo opiniões diferentes ou fora do comum, percebam que o seu voto singular tem pouca importância, mas sim o facto de os incentivar a expressarem-se de modo a que outros eleitores também o façam. Apesar de não ser possível coordenar nem obrigar que se vote em X partido, a votação compulsória pode resolver o problema de falta de votos num menos reconhecido, tendo assim uma importância acrescida para esse partido. Neste sentido, Lisa Hill⁴³ acha que o voto compulsório pode ser melhor

⁴¹ [Lijphart, A. (1997); Engelen, B. (2007); Brennan, J. & L. Hill (2014)]

⁴² [Hill, L. (2006)]

⁴³ [Hill, L. (2006)]

entendido como uma necessidade de coordenação que tem como objetivo os cidadãos demonstrarem as suas preferências e terem voto na matéria.

Se este argumento demográfico tem sucesso ou não, depende de algumas suposições sobre o comportamento do eleitor e dos políticos. Existem muitos cientistas políticos que continuam a acreditar que os eleitores não votam em partidos que zelam pelos seus próprios interesses, mas que têm tendência para votar no que consideram ser o interesse nacional, deixando assim de parte o seu egoísmo⁴⁴. Outro aspeto relevante é o acesso à informação para as pessoas mais desfavorecidas, visto que pode não ser suficiente para votarem de maneira a promover os seus interesses, ou seja, ficam sem ter conhecimento científico social suficiente de forma a saberem que partidos iriam ajudá-los⁴⁵. Por fim, pode ser que mesmo num regime de voto obrigatório, os políticos não tenham interesse nas preferências políticas dos eleitores, fazendo assim com que as ignorem⁴⁶.

Muitos filósofos tinham a expectativa de que com o voto compulsório a situação da abstenção diminuísse, e, a verdade é que os resultados estatísticos indicam isso mesmo. No entanto, o voto compulsório não tem efeito significativo sobre o conhecimento político de cada cidadão, ou seja, não vai induzir aos eleitores conhecimentos suficientes para o fazerem nas melhores condições, apesar de os “obrigar” a ir votar e a mostrar a sua opinião. De igual modo que não dá informação suficiente, o voto compulsório também não consegue demonstrar que este sistema de voto leva a resultados de políticas mais igualitárias ou moderadas. Neste sentido, o voto obrigatório leva efetivamente os cidadãos a votar, nem que seja para estarem presentes e a terem oportunidade de darem a sua opinião, não só porque a lei obriga como por haver receio de possíveis sanções. Apesar de ser uma obrigação, as pessoas continuam a ser livres de pensar e de votar no que quiserem, nulo ou em branco.

⁴⁴ [Brennan, J. & L. Hill, (2014)]

⁴⁵ [Somin, I. (2013)]

⁴⁶ [Bartels, L. (2010)]

3. 5. 1 Brasil

Apesar do modelo do voto obrigatório conduzir a uma certa infantilização da sociedade, a uma falta de espontaneidade política e à ostentação de uma aparente saúde democrática, existem países que se apoiam neste modelo. E, mesmo obrigando os cidadãos a irem votar forçosamente, em 1971 o Tribunal Europeu dos Direitos do Homem entendeu que o voto obrigatório não viola a liberdade de pensamento uma vez que é obrigatória a presença da pessoa sim, mas o ato em si de votar continua a ser livre, existindo sempre a possibilidade de se manifestar votando em branco ou nulo.

No Brasil, “o alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para os maiores de dezoito anos”⁴⁷. Para além do voto ser obrigatório, está também salvaguardado no Código Eleitoral⁴⁸ a abertura às limitações para o caso de não se votar, como por exemplo no art. 7.º que afirma que “o eleitor que não votar e não se justificar perante o juiz eleitoral da zona de inscrição até trinta dias após a realização da eleição incorrerá na multa de três a dez por cento sobre o salário mínimo da região, imposta pelo juiz eleitoral.” E, caso não justifique satisfatoriamente a sua ausência ou pague a multa correspondente, o eleitor ficará em situação irregular perante a Justiça Eleitoral, ou seja, poderá ter um prejuízo ainda maior. Nomeadamente, não poderá inscrever-se num concurso ou prova para algum cargo da função pública, nem investir ou tomar posse; não pode receber vencimentos ou salários de emprego público correspondentes ao segundo mês subsequente ao da eleição; também não pode obter empréstimos de entidades ligadas direta ou indiretamente ao poder público; obter passaporte ou o correspondente ao cartão de cidadão, entre outras limitações.

Apesar de ser um regime severo e rígido, tendo em conta que obriga as pessoas a apresentarem-se nas urnas, conseguiu resolver-se desta forma o problema da abstenção. No entanto, esta obrigação levou a que houvesse uma quantidade exorbitante de *troll votes* como forma de manifesto, passando mesmo a serem recorrentes em algumas eleições.

⁴⁷ Segundo o disposto do n.º 1 do art. 14.º que está inserido no Capítulo IV que corresponde aos Direitos Políticos presente na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988

⁴⁸ Lei 4.737, de 15 de julho de 1965

3. 5. 2 *Troll Votes*

Há uns bons anos atrás, mais concretamente em outubro de 1959 para as eleições municipais de São Paulo, um rinoceronte fêmea do jardim zoológico recebeu cerca de cem mil votos. Naquela altura a eleição era realizada com boletins de papel e os eleitores escreviam o nome do candidato que apoiavam. Assim, Cacareco, o rinoceronte, foi um dos casos mais famosos de votação sob protesto ou voto nulo em massa da história da política brasileira uma vez que se tornou o candidato mais votado das eleições com cerca de cem mil votos. Esta ideia de lançar o rinoceronte fêmea como candidato partiu de um jornalista em protesto contra o baixo nível dos outros quatrocentos e cinquenta concorrentes. Este facto tornou-se notório e serviu de referência para várias análises estatísticas no Brasil de votos nulos e dos chamados votos de protesto⁴⁹.

Perto de ganhar as eleições, mas desta vez para prefeito do Rio de Janeiro, esteve o Macaco Tião em 1988. Macaco Tião era um chimpanzé e era o mais ilustre morador do jardim zoológico do Rio de Janeiro. O quase prefeito, com cerca de 400 mil votos, foi adotado por um grupo humorístico brasileiro, denominado de “Casseta & Planeta” que o lançou como candidato pelo fictício partido bananista brasileiro. Esta brincadeira caiu nas graças do povo, que, pelo facto de votarem manualmente, escreveram o nome de Tião no boletim de voto. Este tipo de comportamento de votar em animais tem sido recorrente no Brasil, visto haver uma descrença enorme na classe política por parte dos cidadãos sendo os principais municípios afetados o de São Paulo e o de Rio de Janeiro⁵⁰.

O mais recente caso no Brasil de voto sob protesto foi a eleição de Francisco Everardo Oliveira Silva, mais conhecido como palhaço Tiririca. Um cidadão de classe baixa que tentou envergar pela via política, nomeadamente como candidato a Deputado Federal por São Paulo em outubro de 2010. Na primeira vez que se candidatou, parte dos cidadãos que votou nele podia efetivamente querê-lo como deputado federal, outros, uma vez que era um palhaço e podia ser mais uma brincadeira, devem ter achado piada

⁴⁹ “O lançamento da candidatura de Cacareco” *in* Acervo

⁵⁰ “Crítica: «Macaco Tião, o candidato do povo»” *in* O Globo

em votar nele, e houve ainda outros que tentaram fazer um voto sob protesto votando nele. A verdade é que com cerca de 1,3 milhões de votos por parte dos cidadãos nada o moveu, nem mesmo os testes que o obrigaram a fazer para tentar provar que era analfabeto. Nove anos se passaram e o deputado federal Tiririca continua no cargo, e, mesmo pondo em cima da mesa o seu desinteresse pela política e a sua possível desistência em 2013, foi reeleito no ano seguinte com cerca de 1 milhão de votos. Da mesma forma que em 2017 ia desistir pelos mesmos motivos, voltou a candidatar-se e a ser reeleito em 2018 com cerca de 400 mil votos. O protagonista da famosa frase durante a campanha eleitoral “Vote Tiririca, pior do que está não fica”, continua a ser visto por muitos analistas políticos como voto de protesto apesar de já ter sido reeleito duas vezes a ainda se manter no cargo^{51 52}.

3. 6 Votar bem ou simplesmente votar?

Nos dias de hoje, muitas pessoas acreditam que existe um dever de votar independentemente da maneira como o fazem. E, ao contrário de se absterem, votam em branco, nulo ou num partido aleatório, deixando em aberto se esses eleitores acreditam que existe um dever de votar de alguma maneira particular. Alguns teóricos políticos argumentam que há obrigações éticas na maneira de se escolher em quem votar e que deve ser ponderado antes de o fazer. Por exemplo, há quem pense que o cidadão não tem apenas o dever de votar, mas também que deve votar de forma ativa e pública. Pelo contrário⁵³, alguns aduzem que embora não haja um dever geral de votar, os cidadãos que optam por fazê-lo têm deveres que afetam o voto. Embora para esses não seja errado escolher a via da abstenção, é errado votarem mal. Sendo certo que o votar mal é sempre relativo e consoante a opinião de cada um.

É de notar que a questão de como alguém deve votar, nada tem a ver com a questão de saber se alguém deveria ter o direito de votar. O direito de votar não é somente a autorização para o cidadão exercer esse direito, é também uma exigência em que o

⁵¹ “Tiririca supera um milhão de votos e é o deputado federal mais votado do Brasil” *in* O Globo

⁵² “Tiririca é eleito para terceiro mandato como deputado federal por SP” *in* UOL

⁵³ [Brennan, G. & L. Lomasky (1993); Brennan, J. (2011)]

Estado permite que o cidadão vote e, conseqüentemente, que seja dada importância ao seu voto e à sua liberdade de escolha, contando com esse voto. No entanto, isso deixa em aberto se algumas maneiras pelas quais um eleitor vota são moralmente erradas, ou se outras formas de votar poderiam ser, de certa forma, obrigatórias. Por exemplo, um cidadão tem o direito de fazer as suas escolhas e de se associar livremente ao Estado Islâmico, assim como tem o direito de usufruir da liberdade de expressão e defender a pirataria informática em torno de obter informações verdadeiramente comprovadas. Ainda assim, seria moralmente errado fazer qualquer uma dessas coisas, embora faça parte dos direitos de cada cidadão. Tal como há o direito de argumentar “Tem o direito de se juntar ao Estado Islâmico, mas não o deveria fazer”, também um cidadão pode dizer sem contradição “Tem o direito de votar naquele partido, mas que não o deveria fazer.”

Quando confrontados com a moralidade do ato de votar, muitas questões começam a ser levantadas. Questões essas que põem em causa os conhecimentos das pessoas, a substância que o voto poderá ter, e, por fim, se irá haver alguém beneficiado no meio disto tudo.

Os conhecimentos das pessoas podem ser, ou não, relevantes no ato de votar. Contudo, as questões que partem nesse sentido é se uma pessoa pode votar na ignorância, ou seja, se pode não saber o que os partidos se propõem a fazer e mesmo assim ir votar, havendo por vezes uma heurística de reconhecimento⁵⁴; se precisa de ter um grau de conhecimento sobre aquilo em que vai participar uma vez que a sua escolha tem significado e vai ser tida em conta; com que bases surgiram as preferências e se não foram enviesadas por conhecimentos alheios ao seu próprio escrutínio.

No que toca à substância de voto, as questões vão mais no sentido de perceber se existem partidos ou políticas específicas que o eleitor é obrigado a apoiar ou a não apoiar; se um eleitor é obrigado a votar no que melhor produzir resultados mais justos e vantajosos aos seus olhos ou nos da sociedade; se deve votar em partidos e,

⁵⁴ Heurística de Reconhecimento tem por base a recaptção de memórias e o reconhecimento de alternativas. Assim que uma alternativa é reconhecida, a procura por alternativas para a decisão é tomada pela alternativa que se reconhece

consequentemente, candidatos devido ao seu bom carácter ou afinidade; e, se deve votar estrategicamente ou se deve votar de acordo com as suas preferências sinceras.

Por fim, quando se fala em moralidade de votar são postas também questões no sentido de perceber se irão beneficiar algum partido ou se vão dar a opinião sincera. Nomeadamente, que interesses deve o eleitor ter em consideração no ato de votar; se o eleitor pode votar de forma egoísta ou se devia votar com os olhos postos na sociedade; e, no caso de ser para a sociedade, deve votar com que finalidade, se para o país todo, para a jurisdição local, para o mundo, para o seu grupo demográfico ou para os que têm os mesmos objetivos; e se é permitido votar quando alguém não tem participação na eleição ou esse voto seria contabilizado como indiferente face ao resultado.

Esta teoria da ética do voto pode incluir respostas para qualquer uma destas questões, mas não leva os cidadãos a terem vontade de se expressarem, saírem de casa e a votar por eles.

3. 7 O conhecimento por trás do voto

Se considerarmos a pergunta, o que é que o governo deve à sociedade em geral, ou talvez mais especificamente aos cidadãos, essa questão pode ser respondida facilmente com começar por dar mais e melhores serviços, condições, infraestruturas, entre muitas outras coisas. No entanto, o governo também tem o dever de o fazer de forma informada e racional. No caso da medicina, os médicos também devem aos seus pacientes cuidados adequados. Para cumprirem os seus deveres, devem não só promover os interesses dos pacientes, assim como raciocinar sobre como fazê-lo de forma ponderada e informada. Numa visão entre pessoas, de pais para filhos também existem deveres nesse sentido, assim como prestadores de serviço para entidades patronais, entre muitos outros exemplos. Ou seja, é como se essas pessoas ou entidades fossem responsáveis pelos outros, uma vez que existe sempre um dever de cuidado.

Há quem tente estender este tipo de argumentos para os potenciais eleitos, uma vez que também têm deveres de cuidados semelhantes com os cidadãos, assim como o governo. Nomeadamente, os eleitores devem votar pelo que entendem ser os melhores resultados, sendo assim consistente com o voto estratégico. Tal como devem tomar as decisões em

quem votar de maneira suficientemente informada e racional. Assim, existe inevitavelmente uma ligação direta entre a forma como os eleitores votam e os resultados políticos, podendo assim ter um impacto significativo, ajudando a determinar questões não só a nível de saúde, como de carreiras profissionais, como fiscais e até mesmo de paz e guerra ou vida e morte. Certo é que a maioria dos eleitores não escolhe em quem votar apenas para si, mas para todos, incluindo os mais novos, os mais velhos, estrangeiros que residam no país ou cidadãos portugueses no estrangeiro, os que se abstêm de votar, para as minorias e até mesmo noutros países que podem ser afetados pelas suas decisões. Por essa razão, o voto não é somente uma atividade moral⁵⁵.

No entanto, facilmente se pode retirar a analogia na relação que os médicos têm com os pacientes e os eleitores com os governos, uma vez que os eleitores têm uma hipótese muito remota de fazer a diferença. Para além de que um voto incompetente tem um prejuízo esperado muito mais reduzido face ao prejuízo que uma má decisão médica teria.

Existem pessoas que mesmo sem terem conhecimentos na área usufruem do seu direito de sufrágio. Outros, pelo contrário, tanto pelo facto de não terem conhecimento ou mesmo tendo conhecimento e saberem ou porem em equação que o resultado não vai ser o melhor ou o mais indicado, e, não o conseguindo evitar, preferem não “sujar as mãos” abstendo-se de o fazer, mostrando assim a sua indignação.

De forma a ilustrar esta ideia, imaginemos que estamos inconformados com o aumento dos preços do combustível e pelo alto custo de vida, com a consequente redução do poder de compra, como foi o caso do “movimento dos coletes amarelos”. Este movimento, quando foi criado em outubro de 2018, tinha como finalidade a redução nos impostos dos combustíveis, a reintrodução do imposto sobre fortunas ou o aumento do salário mínimo e, de forma pacífica, fizeram algumas barricadas e bloquearam estradas para mostrarem o descontentamento dos cidadãos. No início e na altura da recolha das assinaturas, os cidadãos tinham em mente manifestarem-se para zelar pelos seus direitos. Inclusive no final de novembro de 2018, foram feitas pesquisas que mostravam que o movimento ia ter o apoio da maior parte da população da França e que iria rondar

⁵⁵ [Brennan, J. (2011); Beerbohm, E. (2012)]

entre os 73% e os 84% da população⁵⁶. Numa pesquisa de opinião, realizada em dezembro foi revelado que 72% apoiavam o movimento, ou seja, um pouco menos, e que dentro dessa percentagem, 85% não eram a favor da violência⁵⁷. No entanto, a situação descontrolou-se, assim como algumas pessoas, e a violência e os danos tanto nas pessoas como nas infraestruturas começaram a fazer parte dessas manifestações. Contudo, a maioria das pessoas tem uma forte intuição de que seria errado juntar-se a esse grupo de pessoas mais violentas. Uma explicação plausível que leva a crer que é errado, é haver uma proibição moral contra a participação nesse tipo de violência e vandalismo. Nesses tipos de casos, deve-se sempre tentar não sujar as mãos.

Talvez esse princípio de não sujar as mãos possa ser generalizado para explicar aos cidadãos que votam de forma ignorante, irracional ou maliciosa que esses atos estão errados. O exemplo do movimento dos coletes amarelos é de certa forma equivalente ao de votar numa eleição. Mais um manifestante ou menos um, face ao número elevado de pessoas que se manifestam não vai fazer diferença porque é só mais um cidadão entre muitos outros. Da mesma forma que as eleições, os votos inconscientes também não farão, à partida, uma grande diferença. Nos dois casos o resultado é causalmente determinado por uma multiplicidade de fatores. Ainda assim, o eleitor irresponsável é muito parecido com as pessoas violentas que se manifestam e causam o caos. O voto errado desse eleitor pode ser irrelevante e, apesar de participar de forma prejudicial numa escolha coletiva, é sempre possível não sujar as mãos⁵⁸.

3. 8 “Mercado negro” do voto

A falta de conhecimentos por trás do voto pode facilmente influenciar de forma negativa as ações de alguns eleitores, como por exemplo comprarem, venderem ou trocarem votos, apesar de nas democracias modernas existirem muitos cidadãos que acreditam que este comportamento não é ético ou que é imoral.

⁵⁶ [Bock, P. (2018)]

⁵⁷ [Chrisafis, A., (2018)]

⁵⁸ [Brennan, J. (2011)]

Apesar da compra de votos ser condenada universalmente, existem razões ou argumentos que podem validar ou pelo menos tolerar essa ação. Por exemplo, no que toca à igualdade, é compreensível que as pessoas mais pobres vendam os seus votos de forma a aliviarem a pressão financeira. Da mesma forma que pode ser tolerável que os ricos comprem votos de forma a levarem a resultados políticos que favoreçam os que têm maior poder de compra assim como terem as políticas que desejam. No caso de ser possível este tipo de comportamento, a compra de votos de igual montante por parte de grupos opostos com maior capacidade financeira, pode gerar alguma eficiência económica, mantendo-se assim um equilíbrio⁵⁹. O problema surge quando um dos lados tem mais poder que o outro, seja a nível económico, seja a nível militar. No entanto, existe quem descredibilize a possível eficiência económica com argumentos de inalienabilidade do voto, uma vez que afirmam que os votos pertencem à comunidade como um todo e, como tal, não devem ser alienáveis pelos eleitores individuais. Assim, os votos devem seguir sempre o interesse público e não o interesse individual dos mais ricos ou dos que comprem os votos de forma a ter mais poder, seguindo assim a norma de que os votos não devem ser comprados⁶⁰.

Neste sentido, é possível verificar que existem algumas preocupações que devem ser tidas em conta na compra e venda de votos. A primeira prende-se com o facto de num país em que a compra de votos seja legal, os votos serão comprados e vendidos de forma socialmente destrutiva, ou seja, os mais ricos acabarão por ficar mais ricos e os mais pobres cada vez mais pobres. Esta distinção prende-se com o facto de os que têm maior poder de compra votarem indiscutivelmente nos partidos que os beneficiam mais economicamente. Outra das preocupações prende-se com a deontologia, porque mesmo nos países em que seja permitido e não tivesse qualquer consequência a compra e venda de votos, o voto não deveria estar à venda uma vez que é um direito que assiste uma pessoa de se expressar naquilo que pretende.

A compra e venda de votos são consideradas, numa perspetiva deontológica e ética, atitudes e uma ação errada porque leva a que seja eleito um partido com base numa

⁵⁹ (Hasen, R. L. (2000: 1332)]

⁶⁰ *Ibid.*, p. 1325

corrupção. No entanto, se for permitida a compra e venda de votos, talvez possa haver um acerto ou até mesmo um equilíbrio dependendo de como o eleitor irá votar⁶¹. Por exemplo, se uma pessoa pagar para se votar pela igualdade de direitos, então, neste caso, será uma compra e um voto útil.

Para os defensores da não permissibilidade da compra e venda de votos, o argumento mais comum é que pagar a uma pessoa para votar impõe de certa forma uma externalidade a terceiros, ou seja, irá ter efeitos colaterais de uma decisão sobre aqueles que não participaram na votação. Contudo, essa externalidade também existe quando se tenta persuadir os outros a votar de certas maneiras ou mesmo a ir votar inconscientemente. Assim, é tão grave e errado pagar a alguém para votar num partido uma vez que impõe um custo de terceiro, como persuadir uma pessoa a votar nesse mesmo partido com base num bom argumento.

Os filósofos Debra Satz⁶² e Michael J. Sandel⁶³ (2012), por exemplo, opõem-se aos mercados eleitorais e apoiam-se no argumento de que os votos devem ser para o bem comum e não para o interesse individual. Nesse sentido, é possível afirmar que o mercado de votos deveria ser ilegal porque se houvesse efetivamente liberdade para comprar e vender votos, então esses votos seriam contra o bem da sociedade e da população. Apesar deste comentário não ser totalmente esclarecedor, não justifica o porquê de não ser legal o mercado de votos, não podendo assim proibir as pessoas mais irracionais ou egoístas de votarem, uma vez que os seus votos também têm tendência a destruir o bem comum. Além disso, e em paralelo com o mercado, é possível acreditar que a “mão invisível” de Adam Smith⁶⁴ leva ao equilíbrio mesmo que cada um faça escolhas egoístas.

⁶¹ [Brennan, J., (2011)]

⁶² [Satz, D. (2010)]

⁶³ [Sandel, M. J. (2012)]

⁶⁴ A mão invisível de Adam Smith foi um termo introduzido no livro “A Riqueza das Nações” a 1776, para descrever como numa economia de mercado, apesar da inexistência de uma entidade coordenadora do interesse comunal, a interação dos indivíduos parece resultar numa determinada ordem como se houvesse uma “mão invisível” que orientasse a economia, o que, nos dias de hoje, intitula-se de “oferta e procura”

Esta compra e venda de votos, apesar de não ser ética, não pode ser visto como totalmente errada visto poder haver uma decisão racional por parte do possível vendedor. Se o possível vendedor do voto ponderasse efetivamente sobre este ato e, após análise da situação, verificasse que ia ter mais benefícios do que custos, ou que teria mais benefícios líquidos que outras alternativas do que não ir ou ir votar, então nesse caso seria vantajoso para ele. Obviamente que depois podia suscitar dúvidas quanto à legitimidade de o fazer corretamente ao contrário de fazer um voto destrutivo ou egoísta. No entanto, se efetivamente houver dúvidas sobre a legitimidade, isso irá estender-se a todos, questionando assim se de um modo geral deveríamos ser todos autorizados a votar ou não.

3. 9 Discriminação positiva ou negativa?

A ideia de que cada indivíduo adulto tem direito a um voto, de igual peso para com todos os outros indivíduos nas mesmas circunstâncias e em qualquer eleição, vai ao encontro da visão de muitos políticos, ou seja, que deve haver uma democracia representativa. No entanto, esta ideia tem vindo a ser criticada tanto por simpatizantes da democracia, como por antipatizantes.

Quando se põe em cima da mesa e se questiona se é politicamente correto ser um voto por cada cidadão, é necessário ir, antes disso, ao cerne da questão. Sendo a democracia o governo do povo, é imprescindível saber quem é e quem constitui esse povo. Ou seja, para se determinar se a democracia responde aos interesses dos cidadãos e se é justa, é necessário saber quem faz parte e quem não.

Em termos teóricos, é possível dizer que quem vive sob a jurisdição de um determinado governo tem direito a um voto. No entanto, em termos mais práticos, a realidade não é bem assim, uma vez que a maioria das democracias deixa alguns tipos de pessoas excluídas do direito de votar, como por exemplo as crianças e os adolescentes, os criminosos, doentes mentais ou pessoas que não adquiriram a cidadania do país em que estão a residir. E, até há bem pouco tempo atrás, mais concretamente em 2015, a Arábia Saudita era o único país que discriminava as mulheres, não as deixando votar nem participar na sociedade.

Se formos ao encontro da teoria que sustenta que qualquer pessoa pode ser afetada por uma determinada decisão política, então o argumento básico para quem a defende é que qualquer pessoa que seja direta ou indiretamente afetada deve ter opinião sobre esse processo, dando assim o direito de votar. Contudo, existem falhas sobre esta teoria porque até a decisão ser tomada não é possível saber quem é afetado por essa decisão e quem não é, apesar de se poder analisar e prever teoricamente tais impactos. Existem, por exemplo, tomadas de decisão em determinados países que podem ter um efeito mais significativo para os cidadãos que não residam naquele país do que para os que vivem. Assim como pode haver decisões políticas tomadas num país que têm pouco ou nenhum efeito sobre os cidadãos desse mesmo país.

O tipo de discriminação tanto pode ser vista de forma positiva como negativa. Em termos éticos, sem dúvida alguma que todos deviam dar a sua opinião porque pensamos todos de maneira diferente e todos temos interesses diferentes. E, tal como referido anteriormente, cada pessoa devia ter direito a um voto de forma a demonstrar esses mesmos interesses. No caso da discriminação positiva, esta pode ser algo benéfica uma vez que poria “todos em pé de igualdade” e legitimaria os grupos anteriormente identificados e excluídos a terem o direito de se expressar. Mesmo tendo em conta que este tipo de “liberdade” poderia causar algumas intempéries face aos conhecimentos e às limitações por eles oferecidos. No caso da discriminação negativa, as democracias a nível mundial têm vindo cada vez mais a melhorar, não deixando tantas pessoas com capacidade para exercerem o seu direito de votar, como é o caso das mulheres ou dos cidadãos que adquiriram a nacionalidade daquele país.

Existem teorias que estão envolvidas com a coercividade dos órgãos políticos. Para que as pessoas se possam “proteger” dessa coercividade, muitos defendem que qualquer pessoa que esteja sujeita a tal coercividade deve ter uma palavra a dizer. Essa liberdade de dar a palavra a todos os cidadãos também pode ser vista como excessiva, já que exigiria que estrangeiros residentes, turistas, ou outro tipo de pessoas tivessem direito de votar já que estão sujeitos ao poder coercivo do Estado. Se tentarmos superar a coercividade por parte do Estado dizendo que qualquer pessoa potencialmente sujeita a essa coercividade deveria ter uma palavra a dizer, dando-lhe assim a oportunidade de votar, isso significaria que qualquer pessoa deveria ter voz na maioria das decisões dos Estados por todo o mundo.

A visão da maior parte dos cidadãos de que só os membros adultos daquele país é que têm legitimidade para o fazer pode ser difícil de perceber. Contudo, estes cidadãos que têm este tipo de direito especial, podem ter interesses que estão ligados entre si, segundo Goodin⁶⁵. Contudo, essa ligação pode ser inexistente com cidadãos de outras comunidades políticas. Esta visão é, no entanto, factual, visto que poderá haver cidadãos estrangeiros, por exemplo, que têm os mesmos interesses.

Se tivermos por base que direitos iguais para todos os cidadãos são fundamentais para uma ordem liberal, esta ideia de que uma pessoa só tem direito a um voto pode ser entendido como um compromisso de igualdade. Esta igualdade de direitos pode ser vista como essencial para a democracia, uma vez que assim, o governo irá dar a mesma consideração aos interesses de todos os cidadãos que se manifestarem através do voto. Esses direitos oferecem oportunidades para intervenção política, para criar associações e dar opiniões. Mas também abrem portas à participação económica e portas à participação em instituições sociais, como a educação. Mas isto não esclarece nem demonstra que se concedermos a todos os cidadãos o mesmo direito de votar, que irá resultar inequivocamente em decisões que dão igual importância aos interesses de todos.

Em algumas decisões políticas existem muitos cidadãos que têm pouco ou nenhum interesse sobre um tema em concreto, enquanto outros cidadãos têm todo o interesse. Por exemplo, se um cidadão estiver mais preocupado com as taxas elevadas de impostos, votaria num partido em que aplicasse umas taxas mais baixas. E, se outro cidadão, caso não se interessasse pela parte fiscal e se tiver interesse na educação e nas infraestruturas, votaria num partido que apostasse nisso mesmo. Não significa que ambas as ideias possam ser denominadas de boas ou más. O importante aqui é que não só os cidadãos têm direito de se expressar como o seu voto será tido em conta. Em caso de haver mais cidadãos a pensar como o primeiro ou como o segundo exemplo, poderá vir a ser realizado o seu desejo.

No entanto, num sistema em que uma pessoa só tem direito a um voto, questões que são profundamente importantes, mas que só um número reduzido de gente apoia, podem continuamente perder para questões de menor interesse mas que é apoiado por muitos.

⁶⁵ [Goodin, R. E. (2007)]

Existem outros argumentos independentes para essa conclusão. De um ponto de vista argumentativo, talvez a votação proporcional aumenta a autonomia dos cidadãos, dando-lhes assim um maior controlo sobre as questões que realmente lhes interessam. Enquanto as pessoas que não têm muito a perder ou sem muito interesse considerariam como perda pouco significativa de autonomia se tivessem reduzido o controlo sobre questões que não lhes dizem respeito nem lhes interessam.

Embora o argumento para essa conclusão seja muito técnico, pode ser que dividir o poder político de acordo com a participação no resultado pudesse superar alguns paradoxos, como por exemplo o paradoxo do filósofo e matemático francês, Nicolas Condorcet. Este paradoxo demonstra que as democracias podem ter preferências transitivas, ou seja, a maioria preferir X a Y, Y a Z, e ainda assim preferir Z a X. Apesar do matemático da Universidade da Califórnia, Donald Gene Saari⁶⁶, ter-se dedicado a estudar os problemas eleitorais, e ter mostrado que as pequenas mudanças em qualquer sistema eleitoral podem trazer grandes alterações nos resultados das eleições, é possível perceber que é deveras complicado encontrar um sistema perfeito. Não obstante dos diversos contributos para desvendar este complexo problema, Kenneth Joseph Arrow⁶⁷, economista e matemático americano, estudou um conjunto de condições eleitorais aparentemente razoáveis, entre elas, a transitividade das preferências, tendo demonstrado que não há nenhum sistema eleitoral democrático que satisfaça simultaneamente todas as condições.

Matematicamente este problema não tem solução, mas a sociedade não precisa de sistemas perfeitos, mas sim de regras que conduzam a escolhas coletivamente aceites mesmo que estejam sujeitas a enganar-se ou que sejam próximas à realidade.

⁶⁶ [Crato, N. (1952)]

⁶⁷ [Crato, N. (1952)]

4. Portugal

Tal como os direitos, deveres e obrigações em Portugal têm evoluído com base nas circunstâncias históricas que as abrangem, também a evolução do direito de votar é passível de ser compreendida recuando ligeiramente no tempo. Parece de certa forma indubitável que a origem histórica das instituições representativas segue as pisadas dos parlamentos modernos que apontam as assembleias medievais dos séculos XII e XIII como antecessoras diretas destes. Contudo, se já nessa altura era possível verificar que a diversidade era notória e era possível encontrar modelos unicamerais⁶⁸ e bicamerais⁶⁹, então a evolução posterior veio a acentuar ainda mais. As fontes de legitimidade política e os meios por que ela se exerce vão sofrendo consideráveis alterações, como é o caso da mudança de votos por ordens aos votos por cabeça, ou do mandato imperativo ao mandato representativo.

Portugal não é exceção, visto que a história política e a história constitucional do país se sobrepõem. Tanto uma como outra são causa ou consequência de importantes alterações na história do pensamento político. Neste sentido, só poderemos compreender a evolução e o desenvolvimento do direito de voto se atendermos à história politico-constitucional em que se insere.

⁶⁸ Modelo unicameral está relacionado com a prática política em como era formada uma legislatura, e, neste caso, é apenas formada apenas por uma câmara. Este modelo ocorre essencialmente em países de composição étnica bastante homogénea e tem uma estrutura política centralizada, como por exemplo países ditatoriais. Este modelo tem as suas vantagens visto que têm facilidade em criar e alterar leis, no entanto torna a legislatura num “monopólio” e existe dificuldade em articular o poder executivo com os poderes legislativos.

⁶⁹ Modelo bicameral é uma forma de Governo em que o poder legislativo é exercido por duas câmaras. Este molde vem com o intuito de haver uma “casa” que representasse o povo e outra a aristocracia. Desta forma, ambas as câmaras contribuem para um sistema equilibrado conferindo estabilidade à produção normativa e induz a existência de um controlo de qualidade de ambos os lados, o que resulta no aperfeiçoamento da legislação.

4. 1 A caracterização do constitucionalismo português

Antes de avançar para a periodização do constitucionalismo português, não se pode deixar de elencar alguns aspetos relevantes previamente. Se quisermos delinear as características principais, o aspeto que sobressai instantaneamente é a sua estreita relação com a conjuntura política. Apesar de não ser uma invenção nacional, é evidente que as constituições portuguesas são uma imagem das circunstâncias históricas do país. Por um lado, são influenciadas por vicissitudes da conjuntura política, social e económica de que emanam, e por outro, projetam-se nessa realidade propagando ideias e projetos de vida coletiva que visam transformá-la.

O constitucionalismo surge através de ruturas, segundo o Professor Doutor Jorge Miranda⁷⁰: “não por continuidade, mas por corte com o passado, seja esse corte feito pelo povo em armas (1802 e 1834) ou pelo próprio monarca (1826)”. De acordo com o mesmo autor, essa rutura representa antecipadamente uma nova espécie de legitimidade política, distinta da que sucedia das “Leis Fundamentais” antigas.

No entanto, sugerir ou supor que essa rutura foi isenta e livre de influências externas é uma ilusão. Do mesmo modo que o absolutismo e a ideologia legitimista não foram algo peculiares, também o constitucionalismo português teve de ser ajustado e moldado por influências estrangeiras nas suas diversas fases. Por norma, as várias constituições tiveram como base textos constitucionais de outros países, que os constituintes invocavam não só para se apropriarem da legitimidade de que careciam, mas sobretudo para arranjam formas de ajustarem muitas das disposições adotadas.

O constitucionalismo tem vindo a emergir por via revolucionária e a sucessão das várias Constituições tem sido bastante atormentada. Jorge Miranda⁷¹ afirma que “a história constitucional portuguesa, tal como a generalidade dos países latinos, é feita de ruturas. As Constituições emergem em rutura com as anteriores, sofrem alterações nem sempre em harmonia com as formas que prescrevem e acabam com novas ruturas ou revoluções. A de 1822 é consequência da revolução de 1820, a de 1838 da revolução de

⁷⁰ [Miranda, J. (2004: 7)]

⁷¹ [Miranda, J. (2003: 247)]

1836, a de 1911 da revolução de 1910, a de 1933 da revolução de 1926 e a de 1976 da revolução de 1974; da mesma maneira, o Ato Adicional de 1852 é consequência da revolução de 1851 e a alteração de 1918 da revolução de 1917. Única exceção: a Carta Constitucional, embora situada na vertente de 1820.”

Esta agitação teve duas consequências. A primeira consiste essencialmente na duração variável das Constituições portuguesas, nomeadamente se a originária Constituição de 1822 apenas durou sete meses, enquanto que a Carta Constitucional chegou a manter-se durante sessenta e oito anos ininterruptos. Em segundo lugar tem a ver com a vigência das Constituições serem intercaladas, que após haver uma mudança de regime, devido a algumas falhas ou intervalos, as normas constitucionais anteriores vigoram até que seja aprovada uma nova Constituição, como por exemplo a de 1911 que vigorou parcialmente até 1933.

4. 2 A periodização do constitucionalismo português

Segundo o constitucionalista Jorge Miranda⁷², é possível dividir as seis Constituições portuguesas em três grandes períodos. O primeiro período engloba o constitucionalismo liberal, no qual se inserem a Constituição de 1822, a Carta Constitucional de 1826, a Constituição de 1838 e a Constituição de 1911. Não obstante das diferenças que em concreto se possam evidenciar, há uma matriz que as une, ou seja, a consagração do princípio da separação de poderes e a importância colocada nos direitos individuais, com principal destaque, devido ao pensamento liberal, para o direito de propriedade. O segundo período é constituído pelo que o autor suprarreferido qualifica de constitucionalismo corporativo e autoritário. Este período foi inaugurado pelo golpe militar de 28 de maio de 1926, consolidado pela aprovação da Constituição de 1933, que vigoraria até 1974. Ainda que uma análise meramente literal do texto constitucional seja insuficiente, é possível identificar alguns dos seus principais vestígios. De entre estes, a compreensão dos direitos políticos e a quase anulação das instituições representativas e do Estado de Direito são os que mais se sobressaem.

⁷² [Miranda, J. (2003: 247-254)]

Quando o “Estado Novo” foi derrubado, deu-se início ao período que tem estado em vigor desde então, o do constitucionalismo democrático. Segundo Jorge Miranda⁷³, “só nesta altura pode falar-se em constitucionalismo democrático, ou em Estado de Direito democrático, porque só nesta data estava consignado o sufrágio universal”. Uma das principais características deste período é a instituição de um regime democrático pluralista com propensões descentralizadoras e viradas para a Economia social, assim como o reforço da solidariedade e da participação política, que, após a primeira e a terceira revisão constitucional, pôs em evidência o interesse e a abertura à integração europeia.

A evolução política referida anteriormente foi um passo significativo visto que deixou de haver tantas restrições e objetivou, não só, mas também, o direito de sufrágio em Portugal como é hoje conhecido.

4. 3 O direito de sufrágio em Portugal

Numa experiência que pretende fazer um breve resumo doutrinal da “História da Cidadania em Portugal”, o historiador Rui Ramos⁷⁴ salienta a lentidão que foi a consagração plena do direito de sufrágio, “nunca foi fácil para os nacionais obter a plena cidadania, nomeadamente o direito político de eleger e ser eleito para órgão de soberania. Com efeito, ao tempo em que a instituição do sufrágio universal alastrava na Europa Ocidental, o direito de votar em Portugal, depois de uma expansão relativamente precoce na década de 1870, seria restringido uma primeira vez na década de 1890 e novamente em 1913. O sufrágio universal para os adultos do sexo masculino e feminino, sem restrições socialmente significativas, só seria adotado pela primeira vez em 1974. Ora o que estava em jogo no caso dos direitos políticos não era pouco: a esse nível, o «cidadão» não é apenas sujeito de direitos, mas «detentor de uma parte da soberania política», e como tal a cidadania funciona enquanto princípio de legitimidade política”⁷⁵.

⁷³ [Miranda, J. (2003: 248)]

⁷⁴ [Ramos, R. (2004: 547)]

⁷⁵ [Schnapper, D. (2000: 10)]

Apesar de não haver conformidade de juízos a nível histórico relativamente a alguma destas alegações, nomeadamente no que toca à expansão/restricção do sufrágio, o excerto citado realça com algum cuidado a notoriedade deste tópico. A importância das regras eleitorais não pode nem deve ser desdenhada, nem no período em apreço, nem noutro período qualquer. Esta importância traduz-se em pelo menos duas vertentes.

Em primeiro lugar, dado que os princípios subjacentes e os objetivos a prosseguir diferem de sistema para sistema, o tipo de representação ideal será forçosamente distinto consoante o sistema eleitoral. De acordo com a dicotomia de Dieter Nohlen⁷⁶, cumpre distinguir os que optam pela representação proporcional dos que optam pela representação maioritária. Os sistemas de representação proporcional privilegiam a representação no parlamento e, consequentemente, também no governo, das várias tendências sociais e políticas mais significativas em cada país. Já os sistemas de representação maioritária privilegiam a formação de maiorias absolutas no parlamento e de governos monopartidários, mesmo que essas maiorias sejam artificiais, sendo isto o resultado de uma distorção na conversão de votos em mandatos, que concede umas benesses aos mais votados e penaliza os menos votados⁷⁷.

Em segundo lugar, porque o tipo de sistema eleitoral adotado gera, por si só, efeitos diferentes, quer a curto prazo na conversão de votos em mandatos, nomeadamente os efeitos mecânicos (que são entendidos como sendo uma tendência que todos os sistemas eleitorais em prática nas democracias têm de sub-representar os menores partidos e sobre representar os maiores)⁷⁸ de Maurice Duverger⁷⁹, quer a longo prazo nos comportamentos e atitudes dos eleitores e dos partidos, que tenderão a adequar as suas estratégias às regras em vigor, denominados de efeitos psicológicos (ou seja, é a concretização do efeito mecânico que pode estimular os eleitores a deixarem de votar

⁷⁶ [Nohlen, D. (1984: 83-90)]

⁷⁷ [Freire, A. (2015)]

⁷⁸ [Nicolau, J. M. & R. A. Schmitt (1995)]

⁷⁹ [Duverger, M. (1951)]

num partido sub-representado numa eleição anterior, para não acharem que desperdiçaram o voto)⁸⁰.

Indubitavelmente se compreende que a consagração do direito de sufrágio é uma medida cujos efeitos práticos dependerão sempre das regras eleitorais que a concretizam. Essa consagração torna-se evidente se for efetuada uma análise comparativa das normas nas diversas Constituições portuguesas em que consagram o direito de sufrágio⁸¹.

Nesse sentido, se é possível verificar que todas as Constituições portuguesas consagram o direito de sufrágio, a verdade é que o fazem de maneiras diferentes. Por exemplo, há Constituições que preveem o sufrágio direto na eleição do Parlamento, nomeadamente todas exceto a Carta. No entanto, há outras Constituições que preveem o sufrágio indireto, como é o caso da Carta de 1826 antes das alterações promovidas pelo Ato Adicional de 1852. Existem Constituições que estabelecem a eleição direta do chefe de Estado, como por exemplo a de 1933, e existem Constituições que estabelecem a sua eleição indireta, como por exemplo a de 1933 mas só após a revisão de 1959⁸².

Contudo, só uma destas Constituições consagra o sufrágio universal. Se em França o sufrágio universal, pelo menos para os homens, foi instituído durante o período de Convenção Girondino (1792-1795) e na Nova Zelândia existe direito de sufrágio desde 1893 tanto para homens como para mulheres, que foi o resultado de anos de reuniões com as mulheres em vilas e cidades em todo o país, no caso de Portugal só após a Constituição de 1976 é que foi possível alcançar esse feito.

No sistema político das Constituições também se pode verificar outro tipo de diferenças, nomeadamente nas Constituições de 1822, de 1933 e de 1976, que instituem um parlamento unicameral, por outro lado, as Constituições de 1826, de 1838 e de 1911 instituem um parlamento bicameral. E, se há Constituições que atribuem ao parlamento a plenitude da competência legislativa, existem também outras que lhe atribuem apenas

⁸⁰ [Nicolau, J. M. & R. A. Schmitt (1995)]

⁸¹ [Almeida, J. P. (2016)]

⁸² [Almeida, J. P. (2016)]

o primado da competência legislativa, como são os casos das Constituições de 1933 e de 1976.

Nos dias de hoje, com a evolução do conceito de cidadãos ativos, tanto no plano político como no plano social e económico, o direito de sufrágio é muito importante. E, no nosso país, assiste a todos os cidadãos maiores de 18 anos, ou seja, é um direito universal que tem a idade mínima para se começar como único limite, não existindo qualquer tipo de restrição, seja em função do sexo, das habilitações literárias, da religião, da etnia, da raça, dos rendimentos ou da propriedade, segundo o artigo 49.º da Constituição da República Portuguesa.

Este direito de sufrágio está compreendido em duas vertentes, uma ativa e outra passiva. A vertente ativa consiste no dever, ou, consoante a perspetiva, direito de votar. Enquanto a vertente passiva garante o direito de poder ser eleito para qualquer cargo público, apesar de haver uma exceção no que toca aos 18 anos de idade que reside no facto de só se poder ser elegível para Presidente da República quem for maior de 35 anos.

Apesar de terem vindo a ser feitas algumas modificações e outras tantas atualizações, sempre houve um critério fortemente “discriminatório” que limitava a capacidade eleitoral ativa e passiva. Por exemplo, a lei fundamental de 1911 consagrou o sufrágio direto, mas as mulheres e os analfabetos continuavam sem ter capacidade eleitoral. Para além disso, durante o Estado Novo não era permitido criar partidos políticos, tendo em conta que a formação de quaisquer associações políticas dependia de autorização administrativa, e como seria expectável, nunca era concedida. No entanto, no artigo 47.º no Decreto-Lei de 10 de abril de 1976, não só o cidadão começou a ter liberdade de constituir ou participar em associações e partidos políticos como podia também, através deles, concorrer para a formação da vontade popular e para a organização do poder político, tornando assim uma política aberta ao cidadão e equilibrada.

Sendo o direito ao voto considerado um dos símbolos máximos da democracia, o facto de ser visto como uma concretização do princípio democrático assente na vontade popular, no Estado de direito democrático e na soberania do povo, que é a quem pertence o poder político, fez com que toda a gente, sem exceção, pudesse dar e mostrar

a sua opinião, alterando assim o paradigma estipulado inicialmente. É a partir do sufrágio que os cidadãos, homens e mulheres, expressam as suas convicções e elegem não só os programas como os protagonistas que os irão governar, sendo um dos instrumentos mais efetivos para fazer cumprir a vontade do povo. Para além dos cidadãos, também os estrangeiros e apátridas que residam em Portugal gozam dos direitos e estão sujeitos também aos deveres do cidadão português, segundo o artigo 15.º da Constituição.

O sufrágio em si está contemplado no artigo 10.º da CRP e é através dele que o povo exerce o poder político, sendo ele universal (todos os cidadãos têm direito), igual (cada cidadão só tem um voto com a mesma eficácia), direto (sem instâncias arbitrárias), secreto (de forma a evitar pressão sobre os eleitores) e periódico (os mandatos são obtidos por períodos certos e conhecidos previamente). Para além dos cidadãos, também os partidos políticos concorrem não só para a organização como para a expressão da vontade popular, respeitando sempre os princípios da independência nacional, da unidade de Estado e da democracia política.

No que toca a restrições, aos interditos é vedado o exercício e, como se trata de uma restrição aos direitos, liberdades e garantias, a lei que os restringir terá que obedecer aos requisitos impostos pelo artigo 18.º da Constituição.

Quanto a ser permitida a existência de penas de suspensão do direito ao voto, nada se conclui pelo teor da norma. Mas já o n.º 4 do art.º 30.º, da lei supracitada, proíbe a perda de direitos políticos como consequência imediata da condenação em determinadas penas. Porém, a lei penal prevê penas dessa natureza relacionadas com a violação dos deveres de cidadania e de responsabilidade política.

Mas não basta referir que só em Portugal é que o direito de sufrágio está salvaguardado. Também a Declaração Universal dos Direitos Humanos consagra este direito político no seu artigo 21.º, assim como a Convenção Europeia dos Direitos Humanos, da qual Portugal se encontra vinculado desde 1976, garantindo o direito a eleições livres no artigo 3.º do Protocolo número 11, de 11 de maio de 1994. De todo o modo, não é possível personificar um conflito real entre a Ordem Jurídica Internacional e a Ordem

Interna uma vez que ambas respeitam e têm como base os princípios básicos do Estado de Direito Democrático.

4. 4 Recenseamento eleitoral e as suas falhas

É nos princípios orientadores do sistema de recenseamento eleitoral que vigorou até 1999⁸³, que residem os principais problemas de gestão que estiveram na origem da progressiva discrepância entre o número de cidadãos inscritos nos cadernos eleitorais e o número dos que têm efetiva capacidade eleitoral.

Estes princípios que enquadram o sistema de recenseamento eleitoral definidos na Constituição mantêm-se estáveis desde essa altura. São o princípio da oficiosidade, que significa que as comissões recenseadoras têm a competência para inscrever todos os cidadãos com capacidade eleitoral, independentemente da iniciativa ou interesse dos interessados; princípio da obrigatoriedade, que significa que os cidadãos têm o direito e/ou o dever proceder à sua inscrição, caso mudem de residência por exemplo, assim como verificar a sua correção e requerer a sua retificação; princípio da permanência, que significa que após o nome constar nos cadernos eleitorais, ou seja, tendo sido feita a inscrição por parte das comissões recenseadoras, fica-se registado e serve para diferentes atos eleitorais, salvo algumas exceções como é o caso da mudança de residência; e o princípio da unidade, que significa que em cada momento haverá apenas um recenseamento válido.

Este último princípio foi o que mais “pesou” para a arquitetura do sistema. Tendo em conta que só pode haver um recenseamento válido e o facto da ligação entre o cidadão e a unidade de recenseamento ser idêntica em todas as eleições, a freguesia de residência torna-se indiscutivelmente o elemento de ligação entre ambos. É a partir daqui que o princípio da unidade resulta diretamente no aspeto primordial da conceção originária do sistema, a descentralização, que origina uma enorme complexidade de procedimentos e uma teia de relações infindável entre várias entidades que operam no sistema.

⁸³ Vigentes nas Leis n.º 69/78, de 3 de novembro e sucessivas alterações pelas Leis n.º 72/78, de 28 de dezembro, 4/79, de 10 de janeiro, 15/80, de 30 de junho, 81/88, de 20 de julho, 3/94, de 28 de fevereiro, 50/96, de 4 de setembro e 19/97 de 19 de junho (vide art.º 104, Miguéis J. (2002))

Assim, podemos verificar que um dos protagonistas do sistema são as comissões recenseadoras, que é a quem compete proceder às operações de recenseamento. O outro protagonista são as freguesias de naturalidade dos eleitores, uma vez que lhes compete processar o historial de cada eleitor, verificar e comunicar as alterações.

As principais falhas advêm daqui pois o princípio e a lógica de descentralização poderiam persistir sem que todos os procedimentos e operações estivessem a cargo das freguesias, ou seja, sem que estas tivessem a responsabilidade total da gestão do sistema.

A Lei do Recenseamento Eleitoral aprovada em 1999⁸⁴ manteve os princípios básicos do sistema, introduzindo princípios complementares, que permitem a correção de algumas falhas, nomeadamente o princípio da continuidade da atualização, que consiste no processo de ser atualizado quando convier e não somente no mês de maio como estipulado na Lei de 1978 e a regulação e gestão central. Desta forma, as mudanças preconizadas permitem dotar o sistema de maior racionalidade, mantendo a sua característica fundamental, a descentralização.

Assim, o Secretariado Técnico dos Assuntos para o Processo Eleitoral (STAPE), criado em 1976 passou a ser o órgão a quem era incumbida a responsabilidade de gestão de uma base de dados central, permitindo assim reduzir as comunicações múltiplas. No entanto, com o Plano de Reestruturação da Administração Central do Estado, o STAPE foi extinto, sucedendo nas suas atribuições a Direção-Geral de Administração Interna, em outubro de 2006.

De um modo resumido, o sistema de recenseamento funciona com base em três movimentos de eleitores essenciais: a primeira inscrição; a transferência de inscrição e a eliminação da inscrição. Antes, a primeira inscrição realizava-se na freguesia de residência por iniciativa do eleitor quando este completava 18 anos, tendo a freguesia de comunicar aquele movimento às freguesias de naturalidade dos seus novos eleitores. Agora, todos os cidadãos maiores de 17 anos, quer residam em Portugal quer residam

⁸⁴ Lei n.º 13/99, de 22 de março e posteriormente consolidada pela Lei n.º 3/02, de 8 de janeiro, as Leis Orgânicas n.º 4 e n.º 5 de 2005, de 8 de setembro, pela Lei n.º 47/08 de 27 de agosto e pela Lei 47/2018, de 13 de agosto.

no estrangeiro são oficiosa e automaticamente inscritos, desde que tenham cartão de cidadão, na freguesia em que residem.

A transferência, também denominada como segunda inscrição, visto que o eleitor tinha que se inscrever novamente na nova freguesia, só se dava quando os cidadãos mudavam de residência e, autonomamente comunicavam essa transferência.

Por outro lado, as eliminações das inscrições ocorriam em situações distintas. No caso de transferência, tratava-se de uma eliminação voluntária visto ser a freguesia a informar de tal ato. Podia também ocorrer uma eliminação oficial que era devido ao óbito do eleitor, perda de nacionalidade ou perda de capacidade eleitoral, ou em caso de transferência caso as comissões recenseadoras verificassem a mudança de residência do eleitor.

O facto de haver freguesias que optavam por não proceder à eliminação nos cadernos eleitorais dos eleitores que perderam a capacidade eleitoral ou atualizavam a informação de transferências tardiamente, demonstrando assim a falta de objetividade referente aos procedimentos de gestão dos cadernos eleitorais, fez com que houvesse uma crescente desatualização dos cadernos eleitorais e o suposto aumento da abstenção. Resumidamente, a dificuldade de gestão pelas falhas de comunicação dos movimentos entre as freguesias e a deficiente organização dos próprios ficheiros resultaram numa manifesta incapacidade de gestão do sistema.

Se num primeiro momento foi possível que o sistema funcionasse sem imputação de distorções ao recenseamento eleitoral, com o passar do tempo o método revelou-se incapaz de garantir as suas constantes atualizações, resultando assim em inúmeras falhas, sendo a principal o aumento fictício do número de inscritos. No entanto, o acumular de vários anos das disfuncionalidades detetadas originou uma enorme abstenção técnica, sendo as principais causas disso as duplas inscrições, a não eliminação por óbito e a falta de correspondência entre freguesias de residência e freguesias de recenseamento. Esta abstenção técnica podia assim atingir o universo eleitoral, criando sérios problemas ao sistema político, nomeadamente a possibilidade de, para o caso de não haver correção do recenseamento, podermos estar a ser

confrontados com uma deslegitimação do sistema eleitoral decorrente da falsa ideia de que o número de eleitores que se abstêm é muito superior aos que realmente o fazem.

4. 5 Sondagens em Portugal

Depois de calculados o número de cidadãos recenseados e antes de qualquer eleição, são sempre elaboradas sondagens. Os resultados dessas sondagens pré-eleitorais, que estimam intenções de voto junto de amostras e as inferem para o eleitorado, são normalmente confrontados com os resultados eleitorais posteriores. Quando se denota discrepâncias entre umas e outros, segue-se um debate público, com insinuações quer a “erros metodológicos” não especificados quer a tentativas de manipular e controlar a opinião pública⁸⁵.

Para que não surja esta discrepância entre as intenções de voto e os resultados eleitorais, teriam de ser tidas em conta cinco condições:

A primeira condição é que essas estimativas não sejam somente à base de amostras da população. Isto porque as amostras da população muitas vezes têm um erro amostral associado. Não sendo possível usar a totalidade da população como amostra, então uma alternativa é extrair aleatoriamente um número bastante mais reduzido de pessoas e calcular a média das estimativas por eles facultadas. Obviamente que não vai ter um resultado sem qualquer margem de erro, no entanto é uma preciosa ajuda para estimar resultados. Apesar das discrepâncias entre as sondagens e os resultados eleitorais virem a ter um fosso no meio, por mais reduzido que seja, é a consequência e o custo a satisfazer por se recorrer a este tipo de amostras.

Outra condição essencial para que as diversas estimativas de sondagem fossem idênticas, seria a falta de contacto com alguns cidadãos ou a falta de resposta por parte de alguns cidadãos quando estão a ser feitas as amostras. Para isso, teria de haver uma lista dos cidadãos eleitores e da qual se pudesse retirar uma amostra dando a cada membro desse meio a mesma probabilidade de ser seleccionado. Apesar de poderem ser extraídas diversas alternativas como recorrer a listas nacionais de números de telefones

⁸⁵ [Magalhães, P., L. A. Conraria & M. M. Pereira (2011)]

fixos, recorrer às estatísticas “porta-a-porta” ou de recorrer a uma seleção aleatória de localidades em várias zonas do país para constituir a amostra, iria continuar a haver a possibilidade de existirem erros. De forma a evitá-los teria de se garantir que seria sempre possível não só contactar como também questionar os que são escolhidos através deste procedimento aleatório. Ainda que o contracto fosse sempre possível, não se pode partir do pressuposto que esses cidadãos responderiam ao questionário.

A terceira condição necessária seria a inexistência de erros sistemáticos de medição. Esta condição tem a ver com as intenções comportamentais vistas como socialmente e politicamente indesejáveis ou claramente minoritárias, que é haver gente com interesse em votar nos partidos com menor reputação, nos partidos mais pequenos ou em partidos situados em posições ideologicamente extremas e na abstenção. Estas “escolhas” podem ser metodicamente omitidas pelos cidadãos numa sondagem, o que implicará posteriormente as discrepâncias entre as deduções que foram feitas no início da medição junto da amostra e as intenções reais e sinceras dos eleitores. No caso de medição das pessoas que têm a intenção de se abster, o desdém sistemático é compatível com a inexistência das divergências sistemáticas entre as intenções de voto estimadas e as intenções de voto reais. Deste modo seria necessário que as intenções de voto que foram recolhidas junto dos que efetivamente não prestam o seu dever fossem idênticas às intenções dos que no início não o fariam, mas que depois acabam por votar. Se o caso for distinto deste, os resultados de sondagens serão inevitavelmente diferentes das intenções reais dos indivíduos e, conseqüentemente, dos resultados eleitorais⁸⁶.

Outra condição seria a permanência das intenções de voto ao longo de todo o período em que são calculadas até à data das eleições, tendo em conta que as opiniões das pessoas mudam ao longo das campanhas eleitorais, por diversos motivos. Se fosse possível unir esta condição com as referidas anteriormente, as sondagens que tinham sido feitas desde o início da campanha eleitoral até à data das eleições, iriam produzir precisamente os mesmos resultados, porque o valor efetivo dessas intenções não era alterado e permaneceria o mesmo. No entanto, esta ideia não é totalmente concreta e fica muito aquém no que toca a plausibilidade pois pode ocorrer imensa coisa entre as variadas medições das intenções comportamentais de um grupo de cidadãos.

⁸⁶ [Magalhães, P., L. A. Conraria & M. M. Pereira (2011)]

Se supusermos que as quatro condições anteriormente referidas se verificarem sem erros amostrais como na primeira condição, sem distorções trazidas pelas falhas de cobertura, por falta de contacto ou pelos cidadãos não darem resposta como na segunda condição e sem “inclinações” causadas por falhas e sem alterações dos comportamentos dos eleitores, todas e quaisquer sondagens iriam produzir resultados muito aproximados sobre as intenções de voto, desde o início de uma campanha, até ao fim.

Ainda que se colocasse de lado esta hipótese de haver uma discrepância entre os resultados de sondagens feitas e os resultados das eleições, seria sempre necessário mais uma condição. Esta condição teria a ver com as intenções comportamentais dos eleitores, tendo em conta que os comportamentos hoje tinham que estar diretamente relacionados com os seus comportamentos futuros. No entanto, não é possível fazer uma ligação correta e adequada desta condição porque desde a intenção de votar até à efetiva participação, existem muitas variáveis. Isto porque existem pessoas com poucos recursos para se deslocarem, com falta de oportunidade seja por questões laborais ou pessoais, ou devido a circunstâncias imprevistas que, de algum modo, fazem com que a relação entre a vontade individual e a tomada de decisão não derivem exclusivamente da vontade dos eleitores⁸⁷.

Tendo em conta o acima mencionado e apesar de se poder contornar algumas situações, torna-se impossível evitar que exista uma assimetria entre as intenções e comportamentos de voto registados em sondagens e os resultados eleitorais subsequentes⁸⁸.

Antagonicamente ao que parece ser uma crença enraizada na opinião pública, as condições para que as sondagens possuam distribuições das intenções de voto iguais àqueles que vêm a ser os resultados das eleições não podem ser saciadas. Seja por defeitos inerentes ao método, seja por características essenciais do objeto de estudo ou

⁸⁷ [Magalhães, P., L. A. Conraria & M. M. Pereira (2011)]

⁸⁸ [Magalhães, P., L. A. Conraria & M. M. Pereira (2011)]

mesmo por entraves práticos, estas condições podem ser combatidas e impugnadas, mas não podem ser suprimidas⁸⁹.

De todo o modo, estas sondagens servem exatamente para fazer um estudo de opinião e transmitem aos cidadãos a ideia de quais serão os possíveis resultados das eleições. E, apesar de não serem exatas, é possível sondar as ideologias políticas de uma parte dos cidadãos, tendo em conta que é impossível questionar todos como visto anteriormente. A partir da média calculada da parte inquirida é possível perceber não só os possíveis resultados eleitorais assim como antever o crescente aumento da abstenção, sejam estes resultados a nível regional, como é o caso das autarquias locais, como nacional, nomeadamente nas eleições para a Assembleia da República, para Presidência da República e para o Parlamento Europeu.

4. 5. 1 Sondagens e as suas influências

Este tipo de sondagens feitas a partir dos *media* dá informação ao cidadão das previsões dos resultados para as eleições. Não obstante dessas informações, podem também influenciar os resultados ou, pelo menos, a tomada de decisão de alguns eleitores.

As sondagens pré-eleitorais podem não bater certas com os resultados, como foram os casos da Câmara de Lisboa e do Porto em 2001 ou nas eleições Europeias de 2009, em que as empresas sondavam vitórias para partidos que posteriormente acabaram por perder.

Apesar das sondagens ditarem os possíveis resultados, após a divulgação dos mesmos nos diários informativos, estas influenciam a ida às urnas e a opção de voto por parte do eleitorado em cerca de 500 mil habitantes, uma vez que é este número que costuma modificar a opinião, não só em abster-se como em mudar o voto, ditando assim um resultado diferente do expectável⁹⁰.

As empresas que fazem as sondagens por norma dividem-nas em sondagens pré-eleitorais (que se fazem antes) e sondagens à boca das urnas (que se fazem no próprio

⁸⁹ [Magalhães, P., L. A. Conraria & M. M. Pereira (2011)]

⁹⁰ “As sondagens influenciam a escolha dos eleitores?” in Público

dia das eleições). As primeiras são as que mais costumam errar dado a distância para o dia das eleições enquanto as segundas são as que mais se aproximam aos resultados posteriormente apresentados.

Existem alguns cidadãos que após as sondagens deixam de ir votar por haver certezas de quem vai ganhar. Por outro lado, outros cidadãos podem deixar de se abster e vão votar pelo facto de não quererem que o partido que vai à frente nas sondagens ganhe. Para além disso, há também quem mude de opinião entre partidos depois de divulgadas as sondagens.

Numa altura em que a televisão e as rádios passam a mesma informação política com bastante frequência, entre discursos, debates e possíveis resultados dos partidos ou dos candidatos, pode acontecer os cidadãos mudarem de opinião. Apesar de não se conseguir medir a extensão da influência causada estas sondagens podem condicionar o comportamento do eleitor, podendo haver assim uma heurística de avaliabilidade⁹¹.

Esta temática política é a única cujas sondagens e inquéritos são regulados por Lei comprovando assim que os políticos reconhecem a importância destes estudos e do poder que têm sobre a opinião pública. Para além disso, está também regulado tanto em Portugal como noutros países da União Europeia apesar de não ser uma diretiva comunitária, o dia de reflexão e da proibição de divulgação de sondagens para lá do período oficial de campanha⁹².

4. 6 Resultados em Portugal

Apesar de se saber inequivocamente que existe um fosso entre eleitores e governantes, as sondagens e, posteriormente, os resultados eleitorais vêm provar exatamente isso. Este fosso tem tendência para gerar uma representação democrática enviesada visto que pode favorecer aqueles que votam, na medida em que existe uma propensão para os governantes responderem às suas necessidades já que estes grupos são os que ditam, em grande parte, os resultados das eleições.

⁹¹ Processo no qual as tomadas de decisão são feitas e mudam conforme os dados apresentados

⁹² “Dia de reflexão em Portugal, campanha lá fora” *in* O Observador

Partindo de um pressuposto de que a abstenção é a consequência de uma população envelhecida e da fraca participação eleitoral da juventude, esta traduz-se numa profunda fadiga face à incapacidade do país se democratizar e se interessar pelos mais frágeis⁹³. E, se pensarmos que os reformados votam mais que jovens estudantes, provavelmente existirá uma tendência em priorizar as necessidades dos mais velhos, como por exemplo o aumento das pensões em detrimento dos mais novos e das suas preferências.

Outro pressuposto dos resultados eleitorais e das taxas de abstenção pode estar relacionado com a desigualdade económica existente no país. Existem cidadãos mais pobres que acham que a política não serve de muito, outros já perderam a confiança e existe ainda quem pense que a opinião deles não interessa, mas a verdade é que estão a sujeitar-se ao que os mais ricos escolhem. Isto porque os mais ricos, visto que são os que têm mais a perder, são os que têm mais interesse em obter os resultados que pretendem.

A verdade é que independentemente da idade, classe social, género, etnia, religião ou orientação sexual, os resultados eleitorais para a Assembleia da República, para as Autarquias Locais, para Presidente da República e para o Parlamento Europeu são a imagem da sociedade portuguesa.

4. 6. 1 Assembleia da República

A Assembleia da República é um parlamento unicameral composto por 230 deputados, que se divide em 22 círculos (18 distritos no continente, as duas regiões autónomas, o círculo da Europa e o de fora da Europa). Esses deputados são eleitos por listas apresentadas por partidos ou coligações de partidos em cada círculo eleitoral para mandatos de 4 anos, correspondendo este período a uma legislatura.

A conversão dos votos em mandatos faz-se de acordo com o sistema de representação proporcional⁹⁴ e o método de Hondt⁹⁵. O número de deputados por cada círculo é

⁹³ [Piketty, T., (2018)]

⁹⁴ O sistema de representação proporcional é um sistema eleitoral de vencedor múltiplo (entenda-se que em Portugal é aplicado um sistema de votação de representação onde os eleitores votam apenas em partidos e não nos candidatos), no qual a proporção de cadeiras parlamentares ocupadas por cada partido é diretamente determinada pela proporção de votos obtida por ele

proporcional ao número de cidadãos eleitores neles inscritos. Apesar de ter havido 263 deputados em 1976 com cerca de 9 milhões de habitantes, segundo a Tabela 1, desde 1991 com mais um milhão de habitantes do que havia há 15 anos atrás, que são somente 230 os que ocupam as cadeiras da Assembleia da República.

Anos	Total de habitantes (Milhares)
1975	9.093,5
1980	9.766,3
1985	10.023,6
1990	9.983,2
1995	10.026,2
2000	10.289,9
2005	10.503,3
2010	10.573,1
2015	10.358,1

Tabela 1

Fonte/Entidades: INE, PORDATA

Última atualização: 2019-02-21

Em 1975 a população total em Portugal rondava os 9 milhões, tendo aumentado num espaço temporal de 10 anos, até 1985, cerca de 1 milhão. Nessa altura, o aumento gerado deveu-se essencialmente ao facto da imigração ter também aumentado, em consequência da entrada de cidadãos provenientes de países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP), do leste da Europa e de sul-americanos, principalmente do Brasil.

Apesar desse aumento, em 1990 houve uma redução de cerca de 100 mil habitantes, ficando abaixo dos 10 milhões de habitantes. Depois disso a população não parou de aumentar até 2010, tendo atingido os 10,5 milhões aproximadamente.

Não obstante do número de habitantes ter aumentado cerca de 1,5 milhões em 35 anos, entre 1975 e 2010, desde 2015 que a população não para de diminuir e com tendências

⁹⁵ Método de Hondt, criado pelo advogado belga Victor D'Hondt, é um modelo matemático para converter votos em mandatos com vista à composição de órgãos de natureza colegial. Este método consiste numa fórmula matemática destinada a calcular a distribuição dos mandatos pelas listas concorrentes, em que cada mandato é sucessivamente alocado à lista cujo número total de votos dividido pelos números inteiros sucessivos começando na unidade seja maior. O processo de divisão prossegue até se esgotarem todos os mandatos e todas as possibilidades de aparecerem quocientes iguais aos quais ainda caiba um mandato. Em caso de igualdade em qualquer quociente o mandato é atribuído à lista menos votada in www.cne.pt

para a situação se agravar ainda mais. Este fenómeno deve-se essencialmente ao facto de termos uma pirâmide etária invertida, devido à diminuição da taxa de natalidade e a taxa de mortalidade, por outro lado, que não para de aumentar.

Este aumento de população dos 9 milhões de habitantes em 1975 para os mais de 10 milhões em 2015 em nada dignificou o que tanto nos custou a adquirir, o direito de sufrágio. Isto porque este aumento da população e o aumento das pessoas com capacidade eleitoral não cresceram em simultâneo com o número de eleitores que prestam efetivamente o seu dever, de acordo com a Tabela 2.

Anos	Total de Eleitores	Total de Votantes	Total de Eleitores que se abstiveram
1975	6.220.784	5.693.905	526.879
1976	6.583.311	5.485.593	1.097.718
1979	6.898.589	6.007.004	891.585
1980	7.108.987	6.028.601	1.080.386
1983	7.344.032	5.713.873	1.630.159
1985	7.812.770	5.801.790	2.010.980
1987	7.928.687	5.672.824	2.255.863
1991	8.509.911	5.735.434	2.774.477
1995	8.911.733	5.900.277	3.011.456
1999	8.857.173	5.406.946	3.450.227
2002	8.879.561	5.473.631	3.405.930
2005	8.934.140	5.750.354	3.183.786
2009	9.514.322	5.683.967	3.830.355
2011	9.624.133	5.588.594	4.035.539
2015	9.682.553	5.408.805	4.273.748

Tabela 2

Número de eleitores nas eleições para a Assembleia da República

Fontes de Dados: SGMAI – Base de Dados do Recenseamento Eleitoral (eleitores) | Escrutínio Provisório (votantes)

Fonte: PORDATA

Última atualização: 2015-10-16

Em 1975, no período de transição democrática ou período pós-revolução, de acordo com a Tabela 1 e 2, é possível verificar que existiam cerca de 6 milhões de habitantes com capacidade eleitoral para os 9 milhões de portugueses, o que demonstra a quantidade de jovens existentes. Independentemente disso, registaram-se níveis de participação eleitoral elevados, não fosse a taxa de abstenção na altura rondar os 8,47%.

Esta participação foi impulsionada pela ação dos partidos políticos que tinham como principal função a construção do Estado.

Um ano depois a abstenção praticamente duplicou, tendo atingido os estrondosos 1 milhão de habitantes, quando o número de eleitores apenas aumentou 300 mil. Este enorme aumento pode ser devido ao facto de ter havido 3 eleições num tão curto espaço temporal, que foi o resultado da instabilidade política e da falta de maturidade do próprio sistema político.

Foi em 1977 que o Fundo Monetário Internacional (FMI) interveio em Portugal pela primeira vez, obrigando à tomada de medidas como a redução do salário e aumento de impostos. Apesar disso, em 1979 a abstenção diminuiu em cerca de 200 mil habitantes, face aos números apresentados em 1976. Não significa, contudo, uma taxa de abstenção menor, tendo em conta que o número total de eleitores aumentou.

O ano de 1983 ficou marcado pela segunda vinda do FMI a Portugal, originando novamente baixas de salários e aumento de impostos. Neste ano a taxa de abstenção face a 1980 também aumentou devido à instabilidade económica e à insatisfação dos eleitores.

Passados 2 anos, em 1985, o número de cidadãos portugueses aumentou cerca de 1 milhão, tendo aumentado também o número de eleitores em cerca de 1,6 milhões conforme a Tabela 2. No entanto, o número de pessoas que se abstiveram aumentou exponencialmente, tendo atingido os 2 milhões de habitantes nessa data, aumentando para os 25,74% de abstenção aproximadamente.

Foi na década de 90 que houve um decréscimo da competitividade eleitoral e a taxa de abstenção atingiu valores superiores a 30%. E se em 1999, houve um aumento de um milhão de habitantes com capacidade eleitoral comparando com 1987, o total de eleitores que se abstiveram aumentou em 1,2 milhões face à mesma data, ou seja, quanto mais pessoas com capacidade eleitoral havia, maior era o número de eleitores que se abstinha e ainda se somava mais alguns que tinham votado anteriormente e que deixavam de o fazer. Em 1999 a taxa de abstenção já rondava os 39%.

Foram feitos estudos sobre o comportamento eleitoral dos portugueses, dados estes que constam do Livro “Portugal a Votos – As eleições legislativas de 2002”. As variáveis consideradas para este estudo foram a idade, o nível de escolaridade, a frequência da prática religiosa e a competência política objetiva. Destas quatro variáveis os autores demonstraram que a idade é o que tem maior peso explicativo na abstenção, concluindo assim que são os jovens que mais se abstêm⁹⁶. Para além destas variáveis, foram estudadas outras variáveis pelos autores como é o caso do desinteresse pela política, a irrelevância do voto, a desconfiança ou insatisfação com os partidos políticos, o desajustamento e indiferenciação da oferta partidária e outras razões, sendo a que mais pesa, até aos dias de hoje, o desinteresse pela política⁹⁷.

Em 2005 havia cerca de 9 milhões de habitantes com capacidade eleitoral e só cerca de 5,7 milhões é que manifestaram o seu interesse nos deputados que assumiriam os cargos na Assembleia da República. Desta forma, havia assim uma pequena diminuição na taxa de abstenção, perfazendo cerca de 35,64%. Esta diferença para 1999 deve-se ao facto de só haver mais 100 mil habitantes com capacidade eleitoral e ter havido mais 350 mil pessoas a votarem que nessa data. Apesar da taxa de abstenção poder diminuir ligeiramente, o número de eleitores não para de aumentar assim como o número de cidadãos que se abstêm.

Nas últimas eleições legislativas, em 2015, houve uma abstenção de 44,14% com cerca de 5,4 milhões de pessoas a votarem e 4,2 a absterem-se, o que continua a demonstrar a falta de capacidade de cativar os cidadãos portugueses que adquiriram recentemente o direito de sufrágio, assim como fazer os mais velhos acreditar novamente na política.

A verdade é que os cidadãos portugueses foram aumentando, como se pode verificar na Tabela 1, o número de eleitores também segundo a Tabela 2 e o número de pessoas que votavam manteve-se ao longo do tempo nos cerca de 5 milhões de habitantes, resultando assim no aumento da abstenção.

⁹⁶ [Freire, A., M. C. Lobo & P. Magalhães, (2004: 234)]

⁹⁷ *Ibid.*, 246

Nos mesmos moldes que se encontram as eleições e respetivas abstenções para a Assembleia da República, encontra-se também uma abstenção elevada no que toca às eleições para as autarquias locais, para nomear o Presidente da República e para o Parlamento Europeu.

4. 6. 2 Autarquias Locais

As autarquias locais são entidades públicas que desenvolvem a sua ação sobre uma parte definida do território que visa a prossecução de interesses próprios das populações aí residentes, segundo o artigo 235.º da Constituição da República Portuguesa. Este território são os municípios, as freguesias e as regiões administrativas.

Cada município tem dois órgãos colegiais, a Assembleia Municipal que é um órgão deliberativo composto pelos deputados municipais e a Câmara Municipal que é um órgão executivo integrada pelo presidente que a chefia e pelos vereadores, todos eles eleitos através de um sistema de representação proporcional. Já as freguesias, em termos de atividade e exercício de poder, têm em cada uma um órgão deliberativo, nomeadamente a Assembleia de Freguesia, e um órgão executivo, a Junta de Freguesia.

Os órgãos das autarquias locais são eleitos por sufrágio universal direto, assim como o presidente da Junta de Freguesia que é o cidadão que encabeça a lista mais votada na eleição para a assembleia da freguesia. Tal como para a Assembleia da República, a conversão de votos em mandatos faz-se de acordo com o sistema de representação proporcional e o método de Hondt anteriormente visto.

As eleições autárquicas portuguesas de 1976 foram as primeiras eleições para eleger os órgãos locais depois do “25 de Abril”. Nessa altura, foram eleitos 304 presidentes de câmaras municipais, 5.135 deputados municipais e cerca de 26 mil deputados para as assembleias de freguesia.

Passado 3 anos, os órgãos de poder local em Portugal eram constituídos por mais um presidente, por 1.900 vereadores, 9.073 deputados para as assembleias municipais e por fim 40 mil mandatos para as assembleias de freguesias.

Neste momento temos 308 presidentes de câmaras municipais, o número de vereadores oscila entre os 5 e os 17 em função do número de eleitores, as assembleias municipais são constituídas pelos membros diretamente eleitos⁹⁸ e pelos presidentes das juntas de freguesias, as assembleias de freguesia também varia consoante o número de eleitores⁹⁹ e as juntas de freguesia têm entre 2 a 6 vogais.

Anos	Taxa de Abstenção (%)
1976	35,4
1979	26,2
1982	28,6
1985	36,1
1989	39,1
1993	36,6
1997	39,9
2001	39,9
2005	39
2009	41
2013	47,4
2017	45

Tabela 3

Número de eleitores nas eleições para as Autarquias Locais

Fontes de Dados: SGMAI – Base de Dados do Recenseamento Eleitoral (eleitores) | Escrutínio Provisório (votantes)

Fonte: PORDATA

Última atualização: 2017-11-3

Desde que a democracia se instalou que as autarquias locais tiveram uma taxa de abstenção elevada, a começar logo em 1976, com uma taxa de 35,4% como se pode verificar na Tabela 3. Muita dessa abstenção pode ser devido ao êxodo rural existente naquela altura, assim como a emigração para o estrangeiro por parte de cidadãos que ambicionavam por uma vida melhor.

⁹⁸ O número de elementos diretamente eleitos é sempre igual ao número de freguesias do município mais 1, não podendo em qualquer caso ser inferior ao triplo do número de membros da câmara municipal

⁹⁹ As assembleias de freguesia são compostas por 19 membros quando o número de eleitores for superior a 20 mil, por 13 membros quando for igual ou inferior a 20 mil e superior a 5 mil, por 9 membros quando for igual ou inferior a 5 mil e superior a mil e por 7 membros quando for inferior a mil. Exceção é quando as freguesias têm mais de 30 mil eleitores pois o número de membros atrás referido é aumentado mais 1 por cada 10 mil eleitores para além dos 19 e, em caso de resultar em número par, é aumentado mais um membro.

Não obstante da diminuição de cerca de 9 pontos percentuais na taxa de abstenção três anos depois, em 1979, a verdade é que aumentou de forma incessante só parando em 1989 com uma taxa de abstenção de 39,1%, aumentando assim cerca de 13 pontos percentuais.

Ainda que tenha havido uma diminuição em 1993 de dois pontos e meio percentuais, depressa se retirou a ilusão de que ia continuar a diminuir quando em 1997 estagnou nos 39,9%, assim como em 2001.

Houve novamente um recuo de 0,9 pontos percentuais em 2005, mas voltando a aumentar e, de forma estonteante, em 2013 chegou aos 47,4% de taxa de abstenção. Como se pode verificar, a taxa de abstenção a nível das autarquias locais não é constante. A última prova disso é que em 2017, quando todas as outras taxas têm aumentando, a taxa de abstenção das autarquias locais diminuiu ligeiramente. Ainda assim é notável o desapego que as pessoas têm tanto à vida política como aos concelhos onde residem.

4. 6. 3 Presidência da República

Em Portugal, o Presidente da República é eleito por “sufrágio universal secreto e direto dos cidadãos portugueses eleitores recenseados em território nacional”¹⁰⁰, sendo este o Chefe de Estado e o mais alto magistrado da Nação.

As candidaturas a Presidente da República são feitas por cidadãos cujas propostas são subscritas pelo mínimo de 7.500 e no máximo 15.000 eleitores, não dependendo de nenhum partido e, tendo o candidato para ser eleito, de obter necessariamente mais de metade dos votos validamente expressos, o que em caso de empate realiza-se uma segunda votação, mas só com os dois candidatos mais votados¹⁰¹.

¹⁰⁰ Vide Constituição da República Portuguesa Sétima Revisão Constitucional – 2005, Diário da República, n.º 155 – I Série – A, de 12 de agosto de 2005, Assembleia da República – Divisão de Edições, art. 124.º

¹⁰¹ Por exemplo, nas Filipinas, a forma de desempate para nomear o vencedor das eleições para a câmara da localidade de Araceli foi o lançamento da moeda ao ar em três lançamentos para prevenir a repetição do empate entre os concorrentes Noel Beronio e Sue Cadilla, tendo o primeiro aceitado a derrota democraticamente, segundo o “Cara ou coroa decide eleições nas Filipinas” *in* Correio da Manhã

Anos	Total de Eleitores	Total de Votantes	Total de Eleitores que se abstiveram
1976	6.477.484	4.885.624	1.591.860
1980	6.921.917	5.831.369	1.090.548
1986	7.586.961	5.935.294	1.651.667
1991	8.222.654	5.097.099	3.125.555
1996	8.707.886	5.779.227	2.928.659
2001	8.931.969	4.468.442	4.463.527
2006	9.022.346	5.550.105	3.472.241
2011	9.656.797	4.492.297	5.164.500
2016	9.741.377	4.740.558	5.000.819

Tabela 4

Número de eleitores nas eleições para a Presidência da República

Fontes de Dados: SGMAI – Base de Dados do Recenseamento Eleitoral (eleitores) | Escrutínio Provisório (votantes)

Fonte: PORDATA

Última atualização: 2016-2-5

Atendendo aos resultados das eleições presidenciais verifica-se que as taxas de abstenção nas eleições legislativas são substancialmente mais baixas que as registadas nas eleições presidenciais.

Em 1976 ocorreram duas eleições, as legislativas em abril e as presidenciais em junho, tendo a primeira registado uma taxa de abstenção de 16,67% contra os 24,58% da segunda. Em termos numéricos e conforme a Tabela 2 e 4, em cerca de 6,5 milhões de eleitores, mais de 1,5 milhões abstiveram-se de votar para as presidenciais, sendo que num espaço de dois meses e comparativamente às legislativas houve uma desistência de votar por parte de 500 mil cidadãos.

Passado 4 anos, a taxa de abstenção diminuiu para os 15,75% apesar do número de eleitores ter aumentado e o número de pessoas a absterem-se ter diminuído em cerca de 500 mil habitantes.

Já em 1991 o total de eleitores que se abstiveram nas presidenciais bateu um novo recorde com 3,1 milhões de pessoas a não manifestarem qualquer tipo de interesse, face aos mais de 8 milhões com capacidade para o fazer. Apesar desse aumento, 5 anos depois, diminuiu o número de eleitores que se abstiveram em cerca de 200 mil, tendo a taxa de abstenção diminuído também dos 38% para os 33,63% aproximadamente. Este

resultado deve-se essencialmente ao aumento do número de votantes que nesses 5 anos aumentou cerca de 700 mil.

Como os eleitores e as suas opiniões parecem mover-se de forma cíclica, depois do aumento em 1996, o número de votantes diminuiu em 2001 em cerca de 1,3 milhões de cidadãos, totalizando quase 50% de abstenção.

Em 2006 volta a diminuir a abstenção tendo em conta que o total de votantes aumentou novamente para os cerca de 5,5 milhões de eleitores, perfazendo uma taxa de abstenção a rondar os 37,49%. Como era esperado devido ao ciclo, após uma diminuição drástica da taxa de abstenção, nas presidenciais a seguir houve um novo histórico, mas pelo lado negativo, havendo uma taxa de abstenção de 53,48%.

Nas últimas eleições presidenciais, a taxa de abstenção diminuiu de forma ligeira para os 51,34%. Esta descida deve-se ao facto de ter havido mais 300 mil cidadãos a votar que em 2011. Como se pode verificar, e da mesma maneira que nas legislativas, o número de cidadãos com capacidade eleitoral vai crescendo ao longo do tempo, mas enquanto a abstenção, nessa data, ainda não tinha chegado aos 50%, nas presidenciais ultrapassou esse limiar por duas vezes consecutivas, sendo que a tendência é continuar a agravar-se.

4. 6. 4 Parlamento Europeu

O Parlamento Europeu é uma das três principais instituições da União Europeia, sendo este o órgão legislativo e é diretamente eleito pelos cidadãos europeus de cinco em cinco anos.

As eleições para o Parlamento Europeu regem-se por normas comunitárias e por normas aplicáveis nas eleições para a Assembleia da República. Aqui, é também usado o método de Hondt, as listas são plurinominais e são apresentadas pelos partidos ao Tribunal Constitucional.

No que toca às eleições europeias as taxas de abstenção descrevem um cenário bem mais preocupante, comparado com as eleições legislativas, autárquicas e presidenciais, segundo a Tabela 5.

Anos	Total de Eleitores	Total de Votantes	Total de Eleitores que se abstiveram
1987	7.813.103	5.637.556	2.175.547
1989	8.107.694	4.149.067	3.958.627
1994	8.575.078	3.045.356	5.529.722
1999	8.695.600	3.480.948	5.214.652
2004	8.812.081	3.407.549	5.404.532
2009	9.684.714	3.561.502	6.123.212
2014	9.702.657	3.283.610	6.419.047
2019	10.786.049	3.314.423	7.471.626

Tabela 5

Número de eleitores nas eleições para o Parlamento Europeu

Fontes de Dados: SGMAI – Base de Dados do Recenseamento Eleitoral (eleitores) | Escrutínio Provisório (votantes)

Fonte: PORDATA

Última atualização: 2019-05-30

Pode-se inferir que a taxa mais baixa registada foi em 1987, devido ao facto de serem as primeiras eleições a ocorrer desta natureza e porque se realizaram em simultâneo com as legislativas. Nessa altura a abstenção foi de 27,84%, o que por si só já parecia demonstrar algum descontentamento ou desinteresse em que Portugal entrasse na Comunidade Económica Europeia.

Contudo, em 1989 a taxa teve um aumento de 21% e nas eleições seguintes, em 1994, chegou mesmo aos 64,49% de abstenção. Em sete anos, não só a população com capacidade eleitoral aumentou em cerca de 700 mil cidadãos, como houve cerca de 2,6 milhões de habitantes que tinham votado em 1987, não votaram em 1994.

Antes da entrada no novo século, a abstenção diminuiu cerca de 5 pontos percentuais devido ao aumento de eleitores votantes em cerca de 400 mil comparativamente ao ano de 1994.

Neste novo século o número de eleitores tem rondado, em praticamente todas as eleições, os 3,5 milhões de habitantes, tendo aumentado o número de cidadãos com capacidade eleitoral e, conseqüentemente, devido à “estabilização” do número de eleitores, também tem aumentado o número de cidadãos a abster-se. O que em 1989 rondava os 4 milhões, 30 anos depois já vai nos 7,5 milhões de habitantes a não se pronunciarem.

Sem dúvida que estas eleições são aquelas em que o eleitorado está mais distante, talvez pelo facto de haver cidadãos sem conhecimento suficiente do funcionamento do Parlamento Europeu, pelo distanciamento que os candidatos têm em relação ao eleitorado, e ainda, por serem as eleições com menor mobilização por parte dos partidos.

Em suma, a tendência crescente das taxas de abstenção é notória em todas as eleições, e com maior relevância nas eleições europeias.

4. 7 Soluções para o elevado grau de abstenção

Devido ao grau elevado de abstenção apresentado anteriormente, tudo leva a crer que o Estado português não devia continuar a ser demasiado liberal ou permissivo. Estando de frente a frente com esta crescente problemática e vendo cada vez mais cidadãos sem parte ativa na sociedade, deviam ser aplicadas estratégias paternalistas, mas ao mesmo tempo libertárias, de modo a dar um pequeno empurrão sobre as escolhas que os cidadãos devem fazer.

Tem havido em todas as eleições, inclusive esta última para o Parlamento Europeu, a habitual especulação e discussão sobre as elevadas taxas de abstenção, que têm vindo a aumentar de ano para ano. Neste âmbito, tem vindo cada vez mais a fazer sentido a tão rotulada frase sobre a abstenção como “as taxas mais altas de sempre”, comprometendo cada vez mais a nossa democracia.

Assim, o autor do presente trabalho acha de uma extrema necessidade apresentar soluções com o intuito de as debater em conjunto para alcançar o melhor compromisso possível¹⁰².

4. 7. 1 A Epistocracia

Quando o conceito da democracia surgiu, os primeiros defensores estavam preocupados em mostrar que a democracia era superior a outros tipos de governos, como por exemplo a oligarquia, a aristocracia ou a monarquia. No entanto, começou a surgir um

¹⁰² [Piketty, T., (2018)]

conceito e um forte candidato à democracia, a epistocracia. Este conceito surgiu inicialmente por David Estlund¹⁰³ e entende-se como um sistema epistocrático aquele em que só podem exercer o seu direito ao voto por sufrágio eleitoral as pessoas que têm um certo conhecimento sobre ciências sociais, competências políticas e sejam o menos tendenciosos possível. Por exemplo, uma epistocracia poderia dar a cidadãos com educação universitária votos adicionais e ao mesmo tempo excluir cidadãos de votar a menos que se sujeitem a um exame que comprove que os mesmos estão aptos para o fazer. Neste sentido, iriam pesar os votos pelo grau de conhecimento político de cada eleitor, enquanto corrigiria a influência de fatores demográficos, ou iria criar painéis de especialistas que têm o direito de vetar a legislação democrática¹⁰⁴.

Os defensores da epistocracia muitas vezes usam argumentos que vão ao encontro da incompetência democrática. Estes sustentam que a democracia impregna os cidadãos com o direito de votar de maneira menos correta ou até mesmo imoral. Segundo Caplan¹⁰⁵, o conhecimento político básico e o conhecimento científico social dos cidadãos têm um nível bastante reduzido. E, para além disso, o conhecimento político faz uma diferença significativa em como os cidadãos votam e as políticas que apoiam. Os defensores da epistocracia acreditam assim, que restringir ou ponderar votos poderia proteger contra algumas das desvantagens da incompetência democrática.

Outro argumento que é usado muitas vezes para legitimar a epistocracia, é que a legitimidade das decisões políticas depende que elas sejam feitas com competência e boa-fé. E, podemos inclusive considerar uma analogia com as decisões em tribunais. Por exemplo, estamos perante um julgamento criminal, e sabe-se que o juiz tem poder de decisão sobre remover os direitos, prejudicar a vida, liberdade, bem-estar ou propriedade de alguém. Se um juiz tomou uma decisão por ignorância, malícia, capricho ou com base em processos de pensamento irracionais e tendenciosos, sem dúvida que não consideraríamos a decisão do juiz como autoritária e legítima. Por isso é que nos Estados Unidos acham que o criminoso tem direito a um julgamento conduzido por

¹⁰³ [Estlund, D. (2003)]

¹⁰⁴ [Caplan, B. (2007)]

¹⁰⁵ *Ibid.*

peessoas competentes de boa-fé, completamente exteriores ao caso. Em muitos aspetos as decisões eleitorais são semelhantes às decisões do juiz, uma vez que podem resultar em pessoas inocentes a perderem as suas vidas, liberdades, direitos ou propriedades. Se a legitimidade e autoridade de uma decisão de um juiz depender de que o próprio tome uma decisão competente e de boa-fé, então talvez a legitimidade e autoridade da maioria das decisões governamentais também devam ser tomadas nesse sentido. Se supusermos que os eleitores têm efetivamente uma ignorância exacerbada e são indiscutivelmente irracionais, os eleitorados demográficos tendem a tomar decisões incompetentes. Nesse caso, então isso parece fornecer pelo menos razões lógicas e incrivelmente suportadas de modo a favorecer a epistocracia em vez da democracia.

Muitos questionam se a epistocracia teria de facto um desempenho melhor do que a democracia e é impossível prever se isso efetivamente aconteceria. A verdade é que a epistocracia geralmente tenta gerar melhores resultados políticos, aumentando a confiabilidade média dos que tomam as decisões políticas. Os cientistas políticos Lu Hong e Scott Page¹⁰⁶ apresentaram um teorema matemático que mostra que sob as condições certas, a diversidade cognitiva entre os participantes de uma decisão coletiva contribui de forma mais acentuada para o grupo tomar uma decisão inteligente em vez de aumentar a confiabilidade dos participantes individuais.

Neste teorema de Lu Hong e Scott Page, é menos vantajoso ter um grande número de pessoas que tomam decisões diversas mas não confiáveis numa decisão coletiva, em vez de ter um número menor de pessoas que tomam decisões menos diversas, porém mais confiáveis. Este teorema cria um debate sobre se tem alguma substância matemática, ou seja, se as decisões políticas do mundo real atendem às condições do teorema, e, caso assim o seja, até que ponto isso justificará o sufrágio universal, ou se apenas mostra que ter sufrágio generalizado mas restrito é superior a ter um sufrágio altamente restrito.

Da mesma forma que o teorema de Condorcet, referido anteriormente, afirma que sob as condições certas, desde que o eleitor seja confiável, à medida de que mais eleitores forem adicionados a uma decisão coletiva, a probabilidade de que a democracia faça a escolha certa fica mais próxima. Contudo, se supusermos que o teorema se aplica a

¹⁰⁶ [Hong, L. & S. Page (2004: 16385-16389)]

decisões democráticas da vida real, este teorema pode apoiar ou condenar a democracia consoante a confiabilidade dos eleitores. Se os eleitores forem piorando o seu ponto de vista e votarem cada vez pior, então o teorema implica que a maior parte das democracias faz de uma maneira geral as escolhas erradas.

A epistocracia poderia dar mais votos aos cidadãos com mais conhecimentos, mas no que toca aos eleitores com menos conhecimentos e que teriam que passar num exame para terem direito de votar iria demonstrar que era um sistema que tomava decisões tendenciosas em relação a membros de certos grupos demográficos. O conhecimento pode ser diferente entre todos os grupos demográficos. Por exemplo, em medidas de conhecimento político básico, pode haver distinção entre pessoas do Norte e pessoas do Sul, entre homens e mulheres, entre caucasianos e outras raças, pessoas de meia-idade e pessoas mais velhas ou mais novas ou pessoas com mais capacidade financeira e com menos.

Se efetivamente este sistema de fazer exames para dar direito a uma pessoa de votar fosse implementado, o eleitorado resultante provavelmente seria as pessoas mais brancas, mais ricas, melhores empregadas e de meia-idade do que a população em geral. Nesse sentido, os partidos que apoiam as diversas culturas poderiam ficar preocupados por essa mesma razão, uma vez que a epistocracia não levaria em consideração os interesses dos desempregados, das mulheres, dos pobres e dos não-brancos.

Contudo, existe pelo menos uma forma da epistocracia evitar esta limitação, como por exemplo sortear aleatoriamente quem tem o direito de votar. Este sorteio podia consistir em duas partes, em que na primeira haveria uma espécie de exclusão para privar a grande maioria da população. Ou seja, antes de cada eleição todos exceto um certo número de pessoas escolhidas de forma completamente aleatória seriam excluídos. Se pensarmos neste sistema aleatório de exclusão, chegaríamos à conclusão que este sistema só nos diria quem não terá direito a votar nessas eleições ficando assim aquém do objetivo. Do mesmo modo que os cidadãos que sobrevivem a esta seleção não seriam automaticamente independentes e votariam no que achariam melhor. E assim entraria a segunda parte do plano, que consistia em reunir os cidadãos escolhidos em grupos relativamente pequenos de forma a participar num processo de construção de competências cuidadosamente planeado para otimizarem os seus conhecimentos sobre

as alternativas daquilo que pretendiam inicialmente, tornando-os depois livres de votarem¹⁰⁷.

Para os defensores da epistocratacia, a questão passa por saber qual é o sistema que funciona melhor, ou seja, o que produz os melhores ou mais substantivos resultados, considerando todas as coisas.

A epistocracia contudo pode ter uma objeção deontológica muito importante, pois é incompatível com o liberalismo da razão pública. Esses liberais sustentam que a distribuição do poder político coercivo só é legítima e autoritária se todas as pessoas razoáveis sujeitas a esse poder tiverem bases fortes e sustentadas de forma a endossarem uma justificação para esse poder. Mas, tal como visto anteriormente, a epistocracia incute alguns cidadãos, alguns com maior poder do que outros, alegando que esses cidadãos têm maior conhecimento científico social e, como tal, deveriam ter mais votos ou, pelo menos, o direito de votar. As pessoas que não se encontram nesse padrão dos cidadãos que têm maior conhecimento social facilmente discordariam desta situação, impugnando assim sobre o que conta como capacidade e conhecimentos e quem são essas pessoas dotadas de tal. Se essas pessoas ditas “razoáveis” discordam do que conta como conhecimentos e questionam sobre quem são essas pessoas com capacidades, então a epistocracia distribui o poder político de forma pouco viável, visto que as pessoas que se encontram parametrizadas como sendo razoáveis ficam sem motivos conclusivos para apoiar esta ideologia. Para além de que, é de certa forma fácil perceber que mais de metade da população em Portugal, enquadrar-se-ia nos parâmetros de pessoas com capacidades.

Ainda que a epistocracia seja um sistema preponderante a uma democracia “melhor”, não deixa de ser um sistema restritivo face aos conhecimentos que os cidadãos possam ter. Assim, esta não é uma solução melhor, em termos de custos e benefícios, que a solução de um voto por pessoa. Isto porque apesar dos votos poderem ser feitos com mais sabedoria, não iria evitar a abstenção ou o desinteresse existente por parte dos cidadãos eleitos. A mais-valia neste tipo de sistema seria a diminuição do fosso entre políticos e cidadãos.

¹⁰⁷ [López-Guerra, C. (2005)]

4. 7. 2 Outras soluções

Se a probabilidade dos cidadãos votarem depende da informação prestada e da consciencialização acerca da sua importância e de como esse ato cívico é crucial para a manutenção da democracia, então devemos ter mais e melhor políticas públicas que reforcem este sentimento de liberdade de expressão, de resposta dada a este pedido de ajuda e de dever cívico. Para isso é essencial chegar àqueles que não estão conscientes que o direito de sufrágio é muito mais para além de um simples voto. E, se o problema está nos jovens e na abstenção destes, possivelmente poderiam ser consciencializados com técnicas mais modernas e arrojadas do que a disponibilização de informação num sítio qualquer na internet¹⁰⁸, tendo em conta que só vai a esse sítio quem já tem interesse e quer saber mais.

Nesse sentido, o Estado podia ativamente publicar informação em redes sociais como o Facebook, o Instagram ou Twitter, que rapidamente chega a milhares de pessoas, inclusive à comunicação social, como faz o atual presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, e os seus famosos “*tweets*”.

Para além da divulgação e propaganda via informática já tentada, outra solução a ter em conta de modo a diminuir o grau elevado de abstenção, seria integrar o voto compulsório na sociedade portuguesa. Em Portugal já houve esta vertente apesar de no Referendo Constitucional de 1933 ter sido abolido. Esta solução vai ao encontro do “sucesso” tido nos países em que o voto é obrigatório como é o caso da Argentina, Austrália, Bélgica, Brasil, Chipre, Grécia, Luxemburgo, Suíça, Turquia, entre outros. Não obstante de ser obrigatório votar, os cidadãos continuam a ser livres de votar em branco ou fazer um voto nulo, uma vez que este tipo de obrigação, desde 1971, não é antidemocrático nem viola a liberdade de pensamento, segundo o Tribunal Europeu dos Direitos do Homem. Apesar de deixar um efeito perverso, como foram os casos anteriormente referidos no Brasil do rinoceronte Cacareco, do macaco Tião e do Tiririca, a verdade é que as taxas de abstenção naqueles países são reduzidas, podendo esta ser uma solução a ter em conta para o futuro em Portugal.

¹⁰⁸ Na expressão usada como “sítio qualquer da internet” entenda-se o sítio oficial do Portal do Eleitor (<https://www.portaldoeleitor.pt/Eleicoes/Eleicao.aspx>)

Tendo em conta que em muitos dos países onde o voto é obrigatório há uma multa para quem não vota, poderia ser introduzida em Portugal uma punição aproximada à sanção pecuniária pelo não uso do direito facultado, mas sem prejudicar economicamente o cidadão. Nesse sentido e tal como nos países em que o voto é obrigatório, seria tido em conta um castigo adequado durante alguns anos, caso a pessoa não justificasse a sua ausência.

Um exemplo desses castigos poderia ser a proibição de votar durante x anos ou mesmo perder este direito, uma vez que o cidadão não demonstra interesse em dar o seu contributo para a sociedade nem justifica a sua ausência, tentando assim apostar na aversão à perda por parte dos eleitores. Nesse sentido, caso fosse prática habitual recorrer à abstenção, o seu nome poderia sair ou ficar suspenso nos cadernos eleitorais uma vez que pode ser visto como *free rider*. Esse direito perdido ou suspenso só poderia voltar a ser adquirido após requerimento a demonstrar os motivos pelos quais devia voltar a ter o direito ou a justificar os motivos das ausências. Esta ideia de ter de requerer o levantamento da perda ou da suspensão tem o intuito de fazer com que o cidadão mostre interesse pelo direito perdido e, que de alguma forma, deixe de considerar o direito de votar como um dado previamente adquirido. Tal como na doação de órgãos em que o cidadão que não pretende doar tem de se inscrever no Registo Nacional de Não Dadores, aqui, no caso do direito de sufrágio, o eleitor que pretende voltar a adquirir o seu direito tem de voltar a inscrever-se.

E, continuando no sentido do não aproveitamento do direito cívico que o Estado faculta, uma outra solução poderia passar, à imagem da recente “carta de condução por pontos”, por uma criação de “carta de cidadão por pontos” em que seriam retirados ou dados pontos consoante demonstra ser um cidadão que não participa nas escolhas da sociedade ou faz as escolhas acertadas.

Se por exemplo fosse classificado como mau cidadão, usando o facto de não votar, retornaríamos à solução apresentada anteriormente, ou seja, o que poderia acontecer como sanção era perder a capacidade ou o direito de votar seja por alguns anos, seja para o resto da vida, caso o cidadão continue a optar por não se reinscrever.

No mesmo molde que o cartão de cidadão por pontos, esta criação também poderia trazer alguns benefícios ou regalias no caso de demonstrar que é um cidadão ativo nas escolhas da sociedade, podendo assim ser premiado de diferentes maneiras consoante os pontos recebidos pelas boas ações. Esses benefícios ou regalias podiam ir desde um incentivo pecuniário que aliciasse as pessoas a irem votar, mas isto só ao fim de ser congratulado com alguns pontos, de forma a ser um comportamento constante e não esporádico, ou poderia passar a ter direito a uma isenção ou redução de alguma taxa ou imposto. Tal como os partidos políticos são financiados por cada voto que obtêm, os próprios cidadãos eleitores poderiam ser premiados também. E, tendo em conta que o salário mínimo nacional não consegue acompanhar o custo de vida português, uma ajuda financeira, por mais pequena que seja, deveria incentivar os cidadãos que não votam.

Na China está em desenvolvimento uma ideia parecida, denominada de *ranking* social, que tem como objetivo listar os bons e os maus cidadãos. O Estado chinês, até 2020, está a testar aplicações no sentido de dar uma pontuação conforme o comportamento do cidadão que poderá ser consultada a qualquer momento através de uma aplicação no telemóvel. Com essa pontuação determinaria se era contratado ou não, se podia pedir um crédito para a casa, se tinha que pagar caução por um arrendamento ou se podia viajar em primeira classe. Ou seja, se o cidadão tiver um comportamento civilizado, terá a vida facilitada. Por outro lado, se não o fizer será denominado de pária. Por exemplo, comprar fraldas daria pontos porque demonstra responsabilidade enquanto passar muito tempo a jogar retiraria pontos¹⁰⁹.

Quer se defenda o voto obrigatório ou o voto facultativo, importa ressaltar que é necessário aumentar a comodidade do ato de votar, de modo que o eleitor possa despende o mínimo de tempo possível. De forma a cumprir esse desejo, existe sempre a eventualidade de introduzir, com a máxima cautela dado o aumento de pirataria informática, o voto eletrónico. Isto quando os avanços tecnológicos permitirem uma rigorosa verificação da identidade e secretismo do voto. Este tipo de voto também deveria ser visto de forma bastante positiva tanto por partidos políticos como por cidadãos, tendo em conta a enorme crise ambiental em que vivemos. Isto porque o

¹⁰⁹ “Na China, um *ranking* social vai listar os bons e os maus cidadãos” in Público

consumo de papel iria ser reduzido, assim como iria haver uma diminuição das emissões de dióxido de carbono nos transportes individuais que os eleitores usam para se deslocar às assembleias de voto, uma vez que já não precisariam de ir lá presencialmente.

Caso as pessoas não tenham acesso a meios eletrónicos ou não se possam deslocar às urnas no dia das eleições de forma a usufruírem do seu direito, poderia ser possível também votarem em qualquer assembleia de voto próximo da área em que se encontram, anteciparem o voto através de requerimento, votarem através de correspondência ou arranjar formas de aproximar as assembleias de voto dos cidadãos.

Eventuais medidas que proíbam a realização de jogos de futebol e outros eventos desportivos em dias de eleições não deveriam sequer ser postas em causa uma vez que a importância de um e de outro não têm comparação possível. Mas, tendo em conta que os eventos desportivos são um dos pilares de maior interesse da população portuguesa, sendo este um problema cultural, uma solução poderia passar pela entrega de um comprovativo em como aquele cidadão votou e só com esse comprovativo ou prova de que efetivamente prestou o seu dever, é que tinha direito a entrar nos estádios ou em qualquer evento de cariz lúdico. É como se o cumprimento do dever ou a usufruição do direito abrisse portas para o que os cidadãos prezam ou têm mais interesse.

Numa vertente mais económica, e usando como exemplo a Assembleia da República, visto que muitos deputados faltam às sessões e outros não têm qualquer participação nos debates estando muitas vezes só como espetadores, devia haver uma alteração no modo como estes são eleitos ou pelo menos na quantidade que o são. Como já visto anteriormente, o número de deputados por cada círculo é proporcional ao número de cidadãos eleitores neles inscritos. Assim, uma alteração que poderia ser tida em conta seria nomear os deputados de forma proporcional ao número de cidadãos eleitores que efetivamente votam e não como a primeira hipótese. No caso de todos os cidadãos votarem, seriam nomeados os 230 já estipulados. Mas se por exemplo só 40 por cento da população é que exerceu o seu direito de voto, então só seriam nomeados 92 deputados. Visto que foi uma parte ínfima da população a dar o seu contributo, só o proporcional a essas pessoas é que deviam representar ou discutir os interesses destes. Se houvesse uma abstenção ainda maior teriam de ser tomadas medidas ainda mais radicais e

paternalistas. Mas, desta forma, iriam ser poupadas centenas de milhares ou mesmo milhões de euros tendo em conta o salário de um deputado¹¹⁰. Consequentemente, iriam diminuir os cargos de chefia ocupados por familiares e amigos desses deputados em entidades públicas e, desta forma, teríamos uma política mais saudável e transparente.

Uma vez que o Estado não tem propriamente investido ou procurado soluções para resolver o problema da abstenção, as decisões dependerão da capacidade dos cidadãos e dos diferentes grupos sociais de lutarem e ultrapassarem as barreiras geradas pelo egoísmo, pela inércia e pela miopia política¹¹¹. Contudo pode ser viável ter estratégias de *nudging*, como as anteriormente vistas, de forma a empurrar os cidadãos com capacidade eleitoral a irem votar.

¹¹⁰ “Um ordenado, cinco abonos: afinal quanto pode ganhar um deputado” *in* O Observador

¹¹¹ [Piketty, T., (2018)]

5. Conclusão

A análise dos fenómenos sociais e do comportamento individual, apesar de terem sido “criados” pelo pai da Economia moderna Adam Smith, têm vindo a evoluir cada vez mais nestas últimas décadas devido ao trabalho de cientistas de diversas áreas. Os cientistas económicos estudam hoje a mentalidade dos cidadãos e os processos que os levam a tomar decisões, não se limitando à micro e à macroeconomia anteriormente estudada. Deste modo, tentam interligar os seus conhecimentos com o objetivo de produzir e acrescentar à embrionária área da Economia Comportamental a relação existente entre a tomada de decisão e a existência de um grau elevado de emoções nessa tomada de decisão, destronando assim o conceito de *homo economicus*.

O facto da teoria económica tradicional se apoiar na racionalidade económica, ou seja, no julgamento de que o comportamento do indivíduo segue um padrão egoísta, maximizador de benefícios e minimizador de custos e riscos, não corresponde total e inequivocamente à realidade. Na verdade, o ser humano tem muitas vezes comportamentos e decisões irracionais, altruístas ou mesmo auto-destruidoras, nomeadamente heurísticas, podendo assim concluir-se que o dito *homo economicus* não consegue decifrar o comportamento do ser humano devido às suas limitações.

Face a essas limitações cognitivas e restrições sobre o processamento de informação, Herbert Simon, nos anos 50, defendeu que estas impediam a absorção e aferição de toda a informação disponível, cunhando o termo de racionalidade limitada. Foi posteriormente a esses avanços que os psicólogos e os economistas uniram esforços a fim de estudarem e perceberem todo o processo da tomada de decisão, tendo começado a analisar como podiam “direcionar” os cidadãos em algumas áreas ou empurrando para algumas escolhas.

Esta arquitetura de escolha, mais conhecida como *nudge*, tem sido severamente criticada, uma vez que denota o seu potencial de manipulação e a subvalorização da autonomia dos indivíduos. Essas críticas tentam mostrar que as políticas, medidas governamentais ou até estratégias de marketing manipulam o indivíduo de forma a tomarem uma decisão que não partiu dele, mas sim do legislador. Esta direção é questionada em termos éticos uma vez que submete os cidadãos a incentivos ou a

punições ou até se zelam pelo bem-estar e com o interesse dos cidadãos. Contudo, este conceito vai ao encontro da filosofia de “Paternalismo Libertário”, na medida em que não interfere ou limita o conjunto de opções disponíveis, preservando assim a liberdade de escolha, alterando somente o cenário de decisão, dando um pequeno “empurrão” ou mostrando simplesmente o caminho a seguir num ato paternalista.

Deste modo, é possível relacionar a área da Economia Comportamental com todas as outras ciências, inclusive com a política. Uma vez que todos os cidadãos têm processos cognitivos até à tomada de decisão, foi necessário estudá-los e analisá-los para perceber os níveis elevados de abstenção e o que leva os eleitores a absterem-se.

Nesse aspeto, e de acordo com Calabozo, conclui-se que a marginalidade, a terciarização, a secularização e a centralidade económica e industrial é o que tem mais levado os eleitores a não irem votar, para além do conflito de escolha existente que pode não maximizar a utilidade esperada do eleitor.

Quando os eleitores optam por ir votar, existem diversos tipos de votos, nomeadamente a tentativa de uma mudança, apesar de ser irracional votar com esse objetivo uma vez que probabilidade de um voto individual fazer efetivamente a diferença ser muito reduzida; votar para fazer parte dos resultados, sendo este visto como uma atividade de consumo; votar como manifesto, seja para demonstrarem que são leais a algum partido ou algumas escolhas, seja por descontentamento por não se identificarem com os partidos candidatos; votar por ser um dever ou uma obrigação moral; votar para não compactuar com a corrupção ou a injustiça; votar para não ser *free rider*, ou seja, não ser “parasita” e viver à custa das escolhas dos outros eleitores; ou votar por obrigação, (que apesar do voto compulsório não existir em Portugal, existe em alguns países como é o caso do Brasil, onde existem casos de *troll votes*).

É importante esclarecer também que os que optam por votar, não devem simplesmente fazê-lo de forma displicente. É necessário que os eleitores quando o fazem estejam conscientes das suas ações independentemente do que pretendem demonstrar com aquele voto, sendo o ideal haver conhecimentos para o fazer. A falta destes conhecimentos ou o desinteresse pode influenciar ações por parte de alguns cidadãos, como por exemplo comprarem, venderem ou trocarem votos. Apesar de não ser ético,

correto, moral e condenável universalmente, pode ser racional para alguns cidadãos fazê-lo, não querendo com isto dizer que devia ser uma prática a ser tida em conta.

Em Portugal houve uma lentidão enorme para a consagração plena do direito de sufrágio. Só em 1974, após a queda do Estado Novo, é que os cidadãos, tanto homens como mulheres começaram não só a exercer o seu direito livremente como começaram a poder ser eleitos para os órgãos de soberania.

Apesar das falhas nos recenseamentos eleitorais e as sondagens poderem influenciar alguns cidadãos e indicarem que há pouca adesão, nada é mais demonstrativo que os próprios resultados eleitorais. Face ao número de cidadãos com capacidade eleitoral e, de acordo com os resultados apresentados das taxas de abstenção em todas as eleições existentes em Portugal, nomeadamente para a Assembleia da República, Autarquias Locais, Presidência da República e Parlamento Europeu, faz todo o sentido que o Estado tome alguma decisão, podendo passar assim por criar estratégias *nudge* no sentido de inverter esta crescente problemática.

Não obstante de não haver estratégias totalmente viáveis e infalíveis, é possível concluir que se pode obter resultados favoráveis com algumas estratégias no combate à abstenção. Sem dúvida que a estratégia mais eficaz era a do direito de sufrágio passar a ser uma obrigação, assim como qualquer punição económica face ao incumprimento, estipulada por lei. Contudo, facilmente passaria a haver *troll votes* ou votos sob protesto como os que acontecem no Brasil.

Outra estratégia que poderia ser tida em conta era a criação do cartão de cidadão por pontos. Seja a nível de incentivos por se ter uma boa pontuação, seja por uma punição e consequente perda do direito de votar devido a uma má pontuação. Assim, os eleitores provavelmente iriam começar a votar mais face aos custos ou aos ganhos que poderiam ter. De todo o modo, poderia continuar a haver o problema de não haver votos sinceros ou de qualidade, visto que os eleitores eram direcionados para votarem, independentemente da forma de o fazerem.

A possibilidade de votar eletronicamente, de ser dada formação no ensino básico e secundário de forma a consciencializar da importância do voto aos jovens eleitores, divulgar mais informações por via das redes sociais ou aproximar as assembleias de

voto das pessoas deslocadas do local onde estão recenseadas, são estratégias que apesar de não garantirem a diminuição da abstenção, pode ajudar a fazê-lo uma vez que apostam na comodidade, no bem-estar e no desenvolvimento dos eleitores.

Estratégias como a epistocracia iriam gerar melhores resultados políticos e iriam diminuir o fosso entre os políticos e os cidadãos, uma vez que iriam aumentar a confiabilidade média dos que tomam as decisões políticas, com base no teorema matemático de Lu Hong e Scott Page. Contudo, não só não é eticamente correto, uma vez que discrimina os cidadãos com menos capacidades eleitorais, como não era garantido que os que têm mais capacidades para votar usufruiriam do seu direito fidedignamente.

Conclui-se assim que a criação de estratégias *nudge* são sempre uma solução para que as taxas de abstenção diminuam e que os eleitores deem a importância devida ao voto. Estas estratégias teriam como objetivo encurtar a distância entre a política e os cidadãos, para que estes últimos se sintam motivados, valorizados, capazes e com conhecimentos suficientes para prestarem o seu direito, assim como tornar a política mais equilibrada, justa e próxima.

6. Referências Bibliográficas

- Almeida, José Pedro (2016). A evolução do direito de sufrágio na história constitucional portuguesa. *Observatório Político*, Working Paper #65 [Almeida, J. P. (2016)]
- Bartels, Larry M. (2010). *Unequal Democracy: The Political Economy of the New Gilded Age*. Princeton: Princeton University Press [Bartels, L. M. (2010)]
- Beerbohm, Eric (2012). *In Our Name: The Ethics of Democracy*. Princeton: Princeton University Press [Beerbohm, E. (2012)]
- Bock, Pauline (2018). The yellow jackets are a reminder Emmanuel Macron rules only one version of France. *New Statesman*. Disponível em www.newstatesman.com. Consultado em 18/01/2019 [Bock, P. (2018)]
- Brennan, Geoffrey & Loren Lomasky (1993). *Democracy and Decision: The Pure Theory of Electoral Preference*. New York: Cambridge University Press [Brennan, G. & L. Lomasky (1993)]
- Brennan, Jason (2011). *The Ethics of Voting*. Princeton: Princeton University Press [Brennan, J. (2011)]
- Brennan, Jason & Lisa Hill (2014). *Compulsory Voting: For and Against*. New York: Cambridge University Press [Brennan, J. & L. Hill (2014)]
- Calabozo, Manuel Justel (1994). *La abstención electoral en España 1977-1993*. Facultad de Ciencias Políticas y Sociología, Madrid, Espanha, pp. 166-168 [Calabozo, M. J. (1994: 166-168)]
- Camerer, Colin, Samuel Issacharoff, George Loewenstein, Ted O'Donoghue & Matthew Rabin (2003). *Regulation for Conservatives: Behavioral Economics and the Case for "Asymmetric Paternalism"*. *University of Pennsylvania Law Review*, 151 (3), pp. 1211-1254 [Camerer, C., et al. (2003)]
- Camerer, Colin F., George Loewenstein & Matthew Rabin (2011). *Advances in Behavioral Economics*. Princeton University Press [Camerer, C. F., G. Loewenstein & M. Rabin (2011)]
- Campbell, Angus, Gerald Gurin & Warren E. Miller (1954). *The Voter Decides*. Evanston, Ill: Row, Peterson, and Co. [Campbell, A., G. Gurin & W. E. Miller (1954: 195)]
- Caplan, Bryan (2007). *The Myth of the Rational Voter*. Princeton: Princeton University Press [Caplan, B. (2007)]

Chrisafis, Angelique (2018). Who are the gilets jaunes and what do they want? *The Guardian* [Chrisafis, A. (2018)]

Cialdini, Robert B., Carl A. Kallgren & Raymond R. Reno (1991). A focus theory of normative conduct: A theoretical refinement and reevaluation of the role of norms in human behavior. In M. P. Zanna (Ed), *Advances in Experimental Social Psychology*, 24, pp. 201-234 [Cialdini, R. B., C. A. Kallgren & R. R. Reno 1991)]

Crato, Nuno (1952). *A Matemática das Coisas* (4ª Ed.), Lisboa, Portugal: Gradiva (2008) [Crato, N. (1952)]

DellaVigna, Stefano (2009). Psychology and economics: Evidence from the field. *Journal of Economic Literature*, 47 (2), pp. 315-372 [DellaVigna, S. (2009)]

Downs, Anthony (1957). *An Economic Theory of Democracy*. New York: Harper [Downs, A. (1957)]

Duverger, Maurice (1951). *Los Partidos Politicos*. (abril 2002). F. C. E.[Duverger, M. (1951)]

Engelen, Bart (2007). Why Compulsory Voting Can Enhance Democracy. *Acta Analytica*, 42, pp. 23–39 [Engelen, B. (2007)]

Estlund, David (2003). Why not epistocracy?. In N. Resotko (Ed.), *Desire, Identity and Existence: Essays in honor of T. M. Penner* pp. 53-70, Canada: Academic Printing and Publishing [Estlund, D. (2003)]

Freire, André, Marina C. Lobo & Pedro Magalhães (2004). *Portugal a Votos. As eleições legislativas de 2002*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais [Freire, A., M. C. Lobo & P. Magalhães (2004)]

Freire, André (2015). Sistemas Eleitorais e Reformas Políticas: Portugal em Perspetiva Comparada. in *E-Pública: Revista eletrónica de Direito Público*, Versão On-line ISSN 2183-184X, Vol. 2, n.º 1 Lisboa [Freire, A. (2015)]

Goldman, Alvin I. (1999). Why Citizens Should Vote: A Causal Responsibility Approach. *Social Philosophy and Policy*, 16 (2), pp. 201–217 [Goldman, A. I. (1999)]

Goodin, Robert E. (2007). Enfranchising All Affected Interests, and Its Alternatives. *Philosophy and Public Affairs*, 35. [Goodin, R. E. (2007)]

Hasen, Richard L. (2000). *Vote Buying*. California Law Review, 88, p. 1323–1371 [Hasen, R. L. (2000: 1332)]

- Hill, Lisa (2006). Low Voter Turnout in the United States: Is Compulsory Voting a Viable Solution?. *Journal of Theoretical Politics*, 18, p. 207–232 [Hill, L. (2006)]
- Hong, Lu & Scott Page (2004). Groups of Diverse Problem Solvers Can Outperform Groups of High-Ability Problem Service. *Proceedings of National Academy of Sciences*, 101 (46), pp. 16385-16389 [Hong, L. & S. Page (2004: 16385-16389)]
- Lijphart, Arend (1997). Unequal Participation: Democracy's Unresolved Dilemma, *American Political Science Review*. 91, p. 1–14 [Lijphart, A. (1997)]
- Lodge, Milton & Charles S. Taber (2013). *The Rationalizing Voter*. New York: Cambridge University Press [Lodge, M. & C. S. Taber (2013)]
- Loewenstein, George & Drazen Prelec (1992). Anomalies in intertemporal choice: Evidence and an interpretation. *The Quarterly Journal of Economics*, 107 (2), pp. 573-597 [Loewenstein, G. & D. Prelec (1992)]
- Lomasky, Loren & Geoffrey Brennan (2000). Is There a Duty to Vote?. *Social Philosophy and Policy*, 17, pp. 62–82 [Lomasky, L. & G. Brennan (2000)]
- López-Guerra, Claudio (2005). Should Expatriates Vote?. *Jornal of Political Philosophy*, 13 (2), pp. 216-234 [López-Guerra, C. (2005)]
- López-Guerra, Claudio (2014). *Democracy and Disenfranchisement*. New York: Oxford University Press [López-Guerra, C. (2014)]
- Magalhães, Pedro, Luís Aguiar Conraria & Miguel Maria Pereira (2011). As sondagens e os resultados eleitorais em Portugal. *Boletim Sociedade Portuguesa de Estatística*, Primavera, 37-52 [Magalhães, P., L. A. Conraria & M. M. Pereira (2011)]
- Miguéis, Jorge (2002). *Lei do Recenseamento Eleitoral – Atualizada e Anotada*. Lisboa, Portugal [Miguéis, J. (2002)]
- Miranda, Jorge (2003). *Manual de Direito Constitucional – Tomo I, 1 - O Estado e os sistemas constitucionais*. Coimbra Editora, pp. 247-254 [Miranda, J. (2003: 247-254)]
- Miranda, Jorge (2004). *As constituições Portuguesas - De 1822 ao Texto Actual da Constituição*. Editora Petrony, p. 7 [Miranda, J. (2004: 7)]
- Nicolau, Jairo M. & Rogério A. Schmitt (1995). Sistema Eleitoral e Sistema Partidário. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, 36. [Nicolau, J. M. & R. A. Schmitt (1995)]

Nohlen, Dieter (1984). *Two incompatible principles of representation*, in Lijphart, Arend, Grofman, Bernard (Orgs.), *Choosing an Electoral System: Issues and Alternatives*. Praeger Publishers, pp. 83-90 [Nohlen, D. (1984: 83-90)]

Piketty, Thomas (2018). *Às Urnas, Cidadãos!*. Marcador, 1.^a Ed., Lisboa, Portugal: Marcador [Piketty, T. (2018)]

Ramos, Rui (2004). Para uma história política da cidadania em Portugal. *Análise social*, Vol, XXXIX (172), p. 547 [Ramos, R. (2004: 547)]

Samson, Alain (2014). *The Behavioral Economics Guide 2014* (with a foreword by George Loewenstein and Rory Sutherland) (1st ed.). Disponível em <https://www.behavioraleconomics.com>. Consultado em 9/06/2018 [Samson, A. (2014)]

Samson, Alain (2016). *The Behavioral Economics Guide 2016* (with an introduction by Gerd Gigerenzer) (1st ed.), p. 30. Disponível em <http://www.behavioraleconomics.com>. Consultado em 16/06/2018. [Samson, A. (2016): 30]

Sandel, Michael J. (2012). *What Money Can't Buy: The Moral Limits of Markets*. New York: Farrar, Straus, and Giroux [Sandel, M. J. (2012)]

Satz, Debra (2010). *Why Some Things Should Not Be for Sale*. New York: Oxford University Press [Satz, D. (2010)]

Schnapper, Dominique (2000). Qu'est-ce que la citoyenneté?. In C. Xypas (Ed.), *Les Citoyennetés Scolaires*. Paris, Gallimard, p. 10 [Schnapper, D. (2000: 10)]

Sen, Amartya K. (1977). Rational fools: A critique of the behavioral foundations of economic theory. *Philosophy & Public Affairs*, 6 (4), pp. 317-344 [Sen, A. K. (1977)]

Simon, Herbert A. (1955). A behavioral model of rational choice. *The Quarterly Journal of Economics*, 69 (1), pp. 99-118 [Simon, H. A. (1955)]

Smith, Vernon L. (1991). Rational choice: The contrast between economics and psychology. *Journal of Political Economy*, 99 (4), pp. 877-897 [Smith, V. L. (1991)]

Somin, Ilya (2013). *Democracy and Political Ignorance*. Stanford: Stanford University Press [Somin, I. (2013)]

Sunstein, Cass R. (2014). *Why nudge? - The Politics of Libertarian Paternalism*. New Haven, Yale University Press [Sunstein, C. R. (2014)]

Thaler, Richard H. (2000). From homo economicus to homo sapiens. *The Journal of Economic Perspectives*, 14 (1), pp. 133-141 [Thaler, R. H. (2000)]

Thaler, Richard H. & Cass Sunstein (2008). *Nudge: Improving Decisions About Health, Wealth and Happiness*. New Haven & London: Yale University Press [Thaler, R. H. & C. Sunstein (2008)]

Tuck, Richard (2008). *Free Riding*. Cambridge, MA: Harvard University Press [Tuck, R. (2008)]

Tullock, Gordon, et al. (2002). *Government Failure: a primer in public choice*. Washington: Cato Institute [Tullock, G. et al. (2002)]

Tversky, Amos & Daniel Kahneman (1986). Rational choice and the framing of decisions. *Journal of Business*, 59 (4), p. S251-S278 [Tversky, A. & D. Kahneman (1986)]

Viscusi, W. Kip & Ted Gayer (2015). Behavioral Public Choice: the behavioral paradox of government policy. *Harvard Journal of Law and Public Policy*, vol. 38, no. 3, pp. 973-1007 [Viscusi, W. K. & T. Gayer (2015: 973-1007)]

Westen, Drew (2008). *The Political Brain*. New York: Perseus Books [Westen, D. (2008)]

7. Referências Bibliográficas Eletrônicas

Almeida, Manuel de (2018, abril 23). Um ordenado, cinco abonos: afinal quanto pode ganhar um deputado. O Observador. Disponível em www.observador.pt

Castanho, Ana (2014, maio 24). Dia de reflexão em Portugal, campanha lá fora. O Observador. Disponível em www.observador.pt

Código Eleitoral - Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965. Tribunal Superior Eleitoral. Consultado em 4 de agosto de 2018. Disponível em www.tse.jus.br

Comissão Nacional de Eleições. Disponível em www.cne.pt

Constituição da República Portuguesa Sétima Revisão Constitucional – 2005, Diário da República, n.º 155 – I Série - A, de 12 de agosto de 2005, Assembleia da República – Divisão de Edições. Disponível em www.dre.pt

Correio da Manhã (2019, maio 22). Cara ou coroa decide eleições nas Filipinas. Correio da Manhã. Disponível em www.cmjornal.pt

Entini, Carlos E. (2013, março 17). O lançamento da candidatura de Cacareco. Acervo. Disponível em www.acervo.estadao.com.br

Guerreiro, Pedro (2018, janeiro 15). Na China, um *ranking* social vai listar os bons e os maus cidadãos. Público. Disponível em www.publico.pt

Janot, Marcelo (2017, dezembro 13). Crítica: «Macaco Tião, o candidato do povo». O Globo. Disponível em www.oglobo.globo.com

Lopes, Maria (2015, junho 21). As sondagens influenciam a escolha dos eleitores?. Público. Disponível em www.publico.pt

O Globo (2010, outubro 3). Tiririca supera um milhão de votos e é o deputado federal mais votado do Brasil. O Globo. Disponível em www.oglobo.globo.com

Resolução nº 21.538, de 14 de outubro de 2003. Tribunal Superior Eleitoral. 20 de março de 2014. Consultado em 4 de agosto de 2018. Disponível em www.tse.jus.br

UOL (2018, outubro 8). Tiririca é eleito para terceiro mandato como deputado federal por SP. UOL. Disponível em www.noticias.uol.com.br